



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº090/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº037/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº025/2026

OBJETO:

Aquisição destes materiais e equipamentos de informática, para atender as demandas de todas as Secretarias Municipal de Japaraíba, por um período de 12 (doze) meses.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 474.422,77 (quatrocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/06/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR VALOR POR ÍTEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

www.licitanet.com.br



EDITAL Nº 045/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº090/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº037/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº025/2026

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAIBA, CNPJ nº 18.306.654/0001-03, sediado a Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, centro, Japaraíba/MG, CEP 35.580-000, neste ato representado através do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria Nº 072/2026, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, dos Decretos Municipais nº 076/2023; 003/2024; 004/2024; 005/2024; 006/2024 e 007/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição destes materiais e equipamentos de informática, para atender as demandas de todas as Secretarias Municipal de Japaraíba, por um período de 12 (doze) meses.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no portal www.licitanet.com.br.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas e ainda possuir chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico licitanet.

3.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias	Plano avulso
R\$ 143,00	R\$ 260,00	R\$ 395,00	R\$ 629,00	R\$ 98,00

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos



responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.16 e 8.17.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 147/2014, que altera disposições da Lei Complementar nº 123/2006, no seu artigo 48, Parágrafo 3º, terá prioridade de contratação as microempresas e empresas de pequeno, no limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido;

4.9. O disposto no item 4.8 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.10. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

4.11. Produzidos no País;

4.12. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

4.13. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93);

4.14. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

4.15. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

4.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

4.17. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.18. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.19. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



4.20. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.20.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.20.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.21. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.21.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.21.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.22. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.23. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.24. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário por item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem



como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será **inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo maior desconto por item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).



6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.



7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem inferior ao preço mínimo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1.1. Ato Constitutivo;

8.2.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

8.2.1.3. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

8.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

8.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.1.6. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

8.2.1.7. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

8.2.1.8. Documentos pessoais dos sócios/administradores

8.2.2. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA SERÁ AFERIDA MEDIANTE A VERIFICAÇÃO DOS SEGUINTE REQUISITOS:

8.2.2.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da



União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.2.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual se houver.

8.2.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

8.2.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

8.2.2.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

8.2.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

8.2.2.8. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.2.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz
- b) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial

8.2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do



contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4. Garantia da Proposta

8.4.1. A Será exigida a Garantia de Proposta, prevista no Art. 58, da Lei Federal 14.133/2021, no momento da apresentação da proposta, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, sendo que a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta é requisito de classificação.

8.4.2. A garantia da proposta poderá ser apresenta das seguintes formas:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Fiança bancária;
- c) Seguro garantia.

8.4.3. A fiança bancária comercial será prestada por banco, contendo:

- a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;
- b) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;

c) A garantia que for apresentada sob a forma de caução deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal (banco 104), agência 1382, conta corrente 575239445-3, CNPJ nº 18.306.654/0001-03.

d) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.4.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8.5. DA EXIGÊNCIA DE CATÁLOGOS TÉCNICOS PARA CONFERÊNCIA DAS ESPECIFICAÇÕES

8.5.1. Como forma de assegurar a compatibilidade entre os produtos ofertados e as especificações técnicas exigidas neste processo de contratação, a empresa vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, catálogos técnicos, folders ou documentos equivalentes de todos os equipamentos e materiais a serem fornecidos.

8.5.2. Os catálogos deverão conter, de forma clara e objetiva:

- a) Marca e modelo do item ofertado;
- b) Descrição completa com as especificações técnicas do produto;
- c) Informações de garantia e assistência técnica, quando aplicável;
- d) Imagens dos produtos, se possível, para facilitar a conferência visual.

8.5.3. A apresentação dos catálogos será condição prévia à emissão da nota de empenho e ao fornecimento dos materiais, sendo motivo de desclassificação ou impedimento do fornecimento a ausência de comprovação documental das características exigidas.

8.5.4. Caso os itens entregues estejam em desacordo com as especificações descritas e não condigam com os catálogos apresentados, a empresa será notificada para providenciar a substituição imediata, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, conforme legislação vigente e cláusulas contratuais.



8.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por sistema eletrônico.

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.15. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.15.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.16. É DE RESPONSABILIDADE DO LICITANTE CONFERIR A EXATIDÃO DOS SEUS DADOS CADASTRAIS NO SICAF E MANTÊ-LOS ATUALIZADOS JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO, DEVENDO PROCEDER, IMEDIATAMENTE, À CORREÇÃO OU À ALTERAÇÃO DOS REGISTROS TÃO LOGO



IDENTIFIQUE INCORREÇÃO OU AQUELES SE TORNEM DESATUALIZADOS. (IN Nº 3/2018, ART. 7º, CAPUT).

8.16.1. A NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ITEM ANTERIOR PODERÁ ENSEJAR DESCLASSIFICAÇÃO NO MOMENTO DA HABILITAÇÃO. (IN Nº 3/2018, ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO).

8.17. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.17.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) HORA, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.18. A VERIFICAÇÃO NO SICAF OU A EXIGÊNCIA DOS DOCUMENTOS NELE NÃO CONTIDOS SOMENTE SERÁ FEITA EM RELAÇÃO AO LICITANTE VENCEDOR.

8.18.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.18.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.19.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.19.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.17.1.

8.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



8.23. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.24. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada na sede da Prefeitura Municipal.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A Contratada ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades, nos casos de inexecução total ou parcial da Ata, execução imperfeita, mora, inadimplemento contratual ou prestação de informações falsas, observados o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência, por escrito, nos casos de pequenas irregularidades que não justifiquem penalidade mais grave;

II – Multas, a serem aplicadas nos seguintes termos:

a) 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor do item não entregue, limitada a 10% do valor total da requisição;

b) 2% (dois por cento) sobre o valor total da nota fiscal, por descumprimento de qualquer cláusula contratual, aplicada em dobro em caso de reincidência;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do fornecimento, em caso de recusa injustificada em substituir item rejeitado ou por descumprimento reiterado das condições de entrega;

III – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Japaraíba por até 2 (dois) anos, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da penalidade ou até reabilitação perante a própria autoridade sancionadora.

12.2. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV do item anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II, conforme a gravidade da infração.

12.3. As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão, sob pena de cobrança judicial ou compensação com valores devidos à contratada.

12.4. O valor da multa será atualizado monetariamente, conforme índice legalmente admitido, caso não seja quitado no prazo estabelecido.

12.5. O inadimplemento das obrigações contratuais, após esgotadas as medidas administrativas e os prazos concedidos, poderá impedir a contratada de participar de novas licitações no âmbito do Município até a reparação integral do dano ou o cumprimento da obrigação assumida.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: **www.licitanet.com.br**;

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico **www.licitanet.com.br**.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.licitanet.com.br**.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3.1. Apêndice do Anexo III



14.11.4. ANEXO IV –Declaração

Japaraíba, 11 de junho de 2026

Elaine Maria Fernandes
Agente De Contratação Fase Interna

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais e equipamentos de informática, destinados a atender às demandas de todas as Secretarias do Município de Japaraíba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes na tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ARP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

14.12.1.4. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento de MENOR PREÇO por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando se tratar de aquisição de bem comum.

1.5. Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 147/2014, que altera disposições da Lei Complementar nº 123/2006, no seu artigo 48, Parágrafo 3º, os itens em que o estimativo total não ultrapassar o valor de R\$ 80.000,00, serão de participação EXCLUSIVA para as microempresas e empresas de pequeno porte, locais e regionais;

1.6. Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 147/2014, que altera disposições da Lei Complementar nº 123/2006, no seu artigo 48, Parágrafo 3º, terá prioridade de contratação as microempresas e empresas de pequeno, no limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Os licitantes local terão prioridade de contratação conforme benefício previsto para as microempresa e empresa de pequeno porte de acordo com o item mencionado anteriormente, e em caso de não haver licitantes local o benefício se aplica as empresa Regionais, dentro da região conforme estabelecido pelo IBGE, no qual o Município de Japaraíba está classificado dentro da Mesorregião Central Mineira e na Microrregião Bom Despacho, com os seguintes Municípios: Moema, Araújos, Bom Despacho, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Japaraíba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Martinho Campos, Quartel Geral e Serra da Saudade.

1.7. Justificativa para adoção de benefício local/regional

1.7.1. A adoção deste critério encontra respaldo nos princípios constitucionais da função social da contratação pública, do desenvolvimento regional sustentável (art. 3º, III, da CF/88) e nos princípios da eficiência, economicidade e isonomia, previstos na Lei nº 14.133/2021. A priorização de empresas locais e regionais, especialmente aquelas de pequeno porte, contribui para:

- a) Redução de custos logísticos e operacionais, com entregas mais rápidas e baratas; b) Acompanhamento mais eficaz da execução contratual, dada a proximidade geográfica;
- c) Fomento à economia local, com impactos positivos na geração de emprego e circulação de renda no território do município e sua região imediata;
- d) Fortalecimento da política de apoio aos pequenos negócios, conforme diretrizes do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

1.7.2. Ressalta-se que a aplicação desse benefício não compromete a competitividade do certame, tampouco viola os princípios da ampla concorrência ou da proposta mais



vantajosa, uma vez que está expressamente previsto em legislação federal e devidamente compatibilizado com as regras do procedimento de contratação por dispensa eletrônica.

1.7.3. Quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempreendedor, microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório nos itens preferencial, o Pregoeiro convocará as demais licitante(s) para participar(em) deste item, conforme art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/06.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Aquisição destes materiais e equipamentos de informática, para atender as demandas de todas as Secretarias Municipal de Japaraíba, por um período de 12 meses.

2.2. Busca-se também a melhoria da qualidade dos atendimentos realizados pelas Secretarias Municipais, bem como o aprimoramento no desempenho das demais demandas específicas do serviço.

2.3. Motivação e Justificativa

2.3.1. A qualidade dos serviços prestados pelas Secretarias Municipais está diretamente ligada à infraestrutura disponível e aos recursos utilizados no desenvolvimento das atividades. Nesse contexto, os materiais e equipamentos de informática exercem papel essencial para o funcionamento eficiente das instituições públicas.

2.3.2. Importância dos materiais e equipamentos de informática

- **2.3.2.1. Promoção da Inclusão:** A utilização de equipamentos de informática adequados e, quando necessário, adaptados, contribui para a inclusão e equidade no atendimento, garantindo que todos os usuários tenham acesso igualitário aos serviços oferecidos.
- **2.3.2.2. Segurança e Bem-Estar:** Equipamentos seguros e ergonômicos reduzem riscos de acidentes e promovem um ambiente de trabalho mais saudável tanto para os usuários quanto para os profissionais.

2.3.3. Embasamento Técnico e Legal

- **2.3.3.1.** É fundamental prever recursos destinados à implantação de condições físicas, institucionais e materiais adequadas nas Secretarias, a fim de garantir a eficiência dos serviços prestados.
- **2.3.3.2.** Também é necessário planejar, dentro do tempo adequado, a aquisição de materiais permanentes e de consumo, tais como computadores com acesso à internet, impressoras, móveis, televisores, equipamentos audiovisuais, veículos, materiais socioeducativos, livros, materiais de orientação profissional, cadeiras, mesas, armários, arquivos, entre outros.
- **2.3.3.3.** Considerando que os equipamentos de informática possuem vida útil variável e muitas vezes imprevisível, propõe-se a adoção do sistema de registro de preços. Isso permitirá aquisições emergenciais sempre que necessário, evitando prejuízos operacionais decorrentes da espera por novos processos licitatórios.
- **2.3.3.4.** Esta iniciativa visa solucionar os problemas relacionados às condições físicas dos ambientes de trabalho, proporcionando melhor estrutura para os servidores e, conseqüentemente, um atendimento mais qualificado à população.

2.4. A aquisição de equipamentos destinados à Comunicação Social é essencial para a adequada divulgação de programas, projetos, eventos e serviços públicos, fortalecendo a



transparência, a publicidade institucional e a prestação de contas à população, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. JUSTIFICATIVA PARA VALOR ESTIMADO – HD EXTERNO 2TB

3.2.1. Em atenção ao apontamento de possível sobrepreço do item “HD Externo 2TB”, esclarece-se que o valor estimado foi obtido mediante regular pesquisa de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando múltiplas fontes e fornecedores.

3.2.2. Ressalta-se que há variação relevante de preços para o produto, decorrente de fatores como marca, qualidade, desempenho, garantia e durabilidade. Equipamentos de fabricantes reconhecidos e com melhores especificações apresentam, naturalmente, valores superiores, o que não caracteriza sobrepreço, mas diferença de padrão de qualidade.

3.2.3. A Administração optou por estabelecer especificações compatíveis com a necessidade do serviço público, evitando a aquisição de produtos de baixa qualidade que possam gerar substituições recorrentes e prejuízo ao erário, em observância ao princípio da economicidade.

3.2.4. Destaca-se, ainda, que a licitação será realizada na modalidade pregão, assegurando ampla competitividade e disputa de preços, sendo o valor estimado apenas referencial. O preço final será definido na fase de lances, com tendência de redução.

3.2.5. Dessa forma, o valor estimado encontra-se devidamente justificado e compatível com o mercado, não configurando sobrepreço.

3.3. JUSTIFICATIVA DE INDICAÇÃO DE MARCA DE REFERÊNCIA, PADRONIZAÇÃO E COMPATIBILIDADE TÉCNICA

3.3.1. Itens 2, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14 e 15

3.3.1.1. A indicação de marcas de referência nos itens 2, 4, 6, 8, 9, 11 e 15 possui caráter estritamente exemplificativo, adotada com a finalidade de estabelecer parâmetro mínimo de qualidade, desempenho, durabilidade e confiabilidade dos bens a serem adquiridos, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021. Em todos os casos, é expressamente admitida a oferta de produtos equivalentes ou superiores, de quaisquer fabricantes, desde que comprovado o atendimento integral das especificações técnicas por meio de catálogo oficial, ficha técnica do fabricante ou documentação idônea.

3.3.1.2. Tal procedimento encontra respaldo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que admite a indicação de marca como referência, desde que não haja restrição à competitividade e seja assegurada a aceitação de equivalentes, conforme os Acórdãos TCU nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário e nº 2.401/2019-Plenário. No mesmo sentido, o TCU tem reiteradamente decidido que a definição de padrões mínimos de qualidade é medida legítima para evitar aquisições inadequadas ou antieconômicas, resguardando o interesse público.

3.3.1.3. No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o entendimento também é pacífico no sentido de que a indicação de marca de referência é admitida quando tecnicamente justificada, desde que não implique direcionamento indevido e seja garantida a ampla concorrência, com aceitação de produtos equivalentes, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.



3.3.1.4. A Administração, ao adotar marcas de referência, busca evitar a aquisição de produtos de baixa qualidade, que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos, gerar custos adicionais com manutenção, substituição precoce ou ineficiência operacional, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

3.3.1.5. No tocante ao item 7, a indicação da marca decorre de padronização tecnológica previamente estabelecida no âmbito do Município, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021. A solução de telefonia baseada na central PABX Leucotron ISION IP já se encontra implantada e em pleno funcionamento, sendo a licença objeto da contratação parte integrante e indissociável do sistema existente. Nesse caso, a contratação observa hipótese de inviabilidade técnica de substituição, sendo imprescindível a manutenção da compatibilidade e interoperabilidade com a infraestrutura instalada, sob pena de inviabilizar o funcionamento do sistema ou gerar custos desproporcionais ao erário.

3.3.1.6. Quanto aos itens 13 e 14, a exigência de compatibilidade com a central PABX existente igualmente se fundamenta na necessidade de integração plena com o sistema já implantado, evitando descontinuidade dos serviços públicos de telefonia, custos adicionais com adaptação ou substituição de equipamentos e riscos operacionais. Ressalta-se que não há restrição de fabricantes, sendo admitidos diversos fornecedores do mercado, desde que comprovem tecnicamente a interoperabilidade com a plataforma existente, em conformidade com a jurisprudência dos Tribunais de Contas.

3.3.1.7. Dessa forma, resta evidenciado que a indicação de marcas de referência, bem como as exigências de padronização e compatibilidade técnica, não configuram direcionamento indevido, mas sim medidas legítimas e necessárias para assegurar a qualidade, a continuidade dos serviços públicos e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.3.2. Item 1 (Bateria Canon EOS LP-E8)

3.3.2.1. A indicação da bateria Canon EOS LP-E8 justifica-se pela necessidade de compatibilidade técnica com a câmera fotográfica pertencente ao patrimônio da Prefeitura (registro nº 9215), que utiliza exclusivamente esse modelo para funcionamento seguro e regular.

3.3.2.2. Os Tribunais de Contas admitem a indicação de marca específica quando tecnicamente indispensável, especialmente para reposição, substituição ou complementação de componentes de equipamentos já existentes, desde que haja motivação adequada, vinculada à preservação do bem público e à continuidade do serviço.

3.3.2.3. A Lei nº 14.133/2021, em especial o art. 41, inciso I, permite exigências técnicas justificadas na definição do objeto, desde que necessárias ao interesse público e à correta execução contratual, sem frustração indevida da competitividade.

3.3.2.4. No caso, o uso de bateria diversa pode gerar incompatibilidade funcional, danos ao equipamento, perda de desempenho ou inviabilização do uso, resultando em custos adicionais e afronta aos princípios da economicidade e da eficiência.

3.3.2.5. Assim, a indicação da bateria Canon EOS LP-E8 é necessária, proporcional e tecnicamente justificada, alinhada aos entendimentos dos órgãos de controle e à Lei nº 14.133/2021, assegurando compatibilidade, proteção do patrimônio público e continuidade das atividades, sem caracterizar direcionamento indevido.

3.3.3. Item (Smartphone 256gb)

3.3.3.1. Em atenção a eventuais questionamentos quanto à indicação do modelo iPhone 17 Pro Max (Apple) como referência, esclarece-se que a Administração não está promovendo



a aquisição de bem de luxo, tampouco restringindo indevidamente a competitividade, mas sim estabelecendo parâmetro técnico mínimo de qualidade indispensável ao atendimento da finalidade pública pretendida.

3.3.3.2. O equipamento destina-se ao uso exclusivo da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do Município, cuja atividade exige a produção profissional de conteúdo fotográfico e audiovisual para divulgação institucional em mídias digitais oficiais (Instagram, Facebook, YouTube, portal oficial e canais correlatos). Trata-se, portanto, de ferramenta de trabalho essencial ao exercício do dever de publicidade (art. 37, caput, da CF/88) e não de item de uso comum. A escolha de equipamento com desempenho inferior comprometeria diretamente a qualidade do material produzido, podendo torná-lo inadequado para publicação, o que caracterizaria desperdício de recursos públicos — situação que a Administração tem o dever legal de evitar.

3.3.3.3. A indicação da marca de referência decorre de critérios objetivos de desempenho técnico, notadamente a comprovada integração entre hardware e software de captura, que viabiliza recursos avançados como ProRAW de 12 bits, ProRes, Dolby Vision HDR nativo, estabilização cinematográfica e áudio espacial, além da compatibilidade otimizada com os padrões de codificação exigidos pelas principais plataformas digitais (HEVC/H.265). Tais características não são meramente acessórias, mas determinantes para a qualidade final do conteúdo institucional.

3.3.3.4. Ressalta-se que a Administração não exige a marca específica, sendo expressamente admitida a oferta de equipamentos equivalentes ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral das especificações técnicas, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021. Portanto, não há qualquer direcionamento indevido, mas sim definição legítima de padrão de qualidade, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário e nº 2.401/2019-Plenário).

3.3.3.5. Ademais, o equipamento referenciado apresenta ciclo de atualizações significativamente superior (entre 5 e 7 anos), o que amplia sua vida útil e reduz a necessidade de substituições precoces, reforçando a economicidade da contratação sob a ótica do custo do ciclo de vida.

3.3.3.6. Diante disso, eventual aquisição de equipamento inferior, apenas com base em menor preço, afrontaria os princípios da eficiência e da economicidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), podendo resultar em contratação antieconômica e ineficaz. A Administração, portanto, atua de forma preventiva e responsável ao estabelecer parâmetros técnicos compatíveis com a real necessidade do serviço público.

3.3.3.7. Assim, a indicação da marca de referência mostra-se plenamente justificada, proporcional e alinhada à legislação e à jurisprudência dos órgãos de controle, não configurando luxo, mas sim requisito técnico essencial para garantir a efetividade da comunicação institucional e o adequado emprego dos recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os itens deverão ser novos, de primeiro uso, e entregues em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer avaria ou uso anterior.

4.2. Caberá integralmente à empresa contratada a responsabilidade pela entrega dos materiais e equipamentos licitados, nos locais determinados pela Administração, conforme cronograma e orientações que vierem a ser expedidas.



4.3. A empresa contratada deverá assegurar assistência técnica e garantia dos produtos, conforme prazos legais e especificações dos fabricantes, contados a partir do recebimento definitivo dos bens.

4.4. A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e de sua proposta, assumindo todos os riscos e encargos decorrentes da execução do objeto, devendo:

a) Efetuar a entrega dos bens conforme as especificações e prazos estipulados, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando marca, procedência, modelo e prazo de garantia;

b) Assumir a responsabilidade por todos os encargos tributários, operacionais e administrativos relativos ao fornecimento, incluindo despesas com transporte, mão de obra e instalação, quando aplicável.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo dos bens pela Administração não exime a contratada da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou descumprimento das especificações técnicas.

4.6. A contratada deverá observar rigorosamente a qualidade e as características exigidas para os produtos, sendo vedado o fornecimento de itens divergentes. A substituição somente será admitida em casos justificados, mediante autorização expressa do fiscal do contrato, desde que o item substituto seja de qualidade comprovadamente superior.

4.7. Fica vedada a subcontratação ou terceirização da responsabilidade pelo objeto contratado, devendo a contratada fornecer diretamente todos os bens, nos termos do edital e da proposta vencedora.

4.8. A empresa contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados pela Administração relacionados às características, especificações e operação dos produtos fornecidos.

4.9. As entregas deverão ser realizadas conforme requisições formais emitidas pela Contratante, não sendo admitidas alterações sem prévia anuência.

4.10. A vigência da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nas hipóteses legais cabíveis.

4.11. A presente contratação encontra respaldo orçamentário na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026, com dotação vinculada às ações institucionais das Secretarias Municipais.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do envio/recebimento da ordem de compra em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços enviados junto a ordem de serviços, dentro do Município de Japaraíba/MG.



5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do sub item acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Ata de Registro de Preço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.13.6.5.1. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV). 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.8.2. FISCAL: Yasmin Eduarda Modesto Miranda – E-mail: of@japaraiba.mg.gov.br e Telefone: (37)3354-1112.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. A Gestão do contrato ficará sob responsabilidade do Sr. Helder de Carvalho Reis – Secretário Municipal de Administração e Governo.

6.18. ORDENADORES DAS DESPESAS:

- a. Helder de Carvalho Reis, Secretária Municipal de Administração e Governo;
- b. Roberta Aparecida Lopes Rabelo, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- c. Ariane Aparecida Alves dos Santos, Secretária Municipal de Saúde;



- d. Henedina Dias Fernandes, Secretária Municipal de Políticas Sociais; e
- e. Alan Teixeira Borges, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.
- f. Joelma de Fátima Fernandes Rodrigues, Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (Cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Liquidação.

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Liquidação



7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.1 o prazo de validade;

7.12.2 a data da emissão;

7.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.12.5 o valor a pagar; e

7.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento



7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. A presente contratação poderá ser realizada mediante pregão eletrônico para Registro de Preços, amparado na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) está prevista nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sendo cabível quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes, de entrega parcelada, ou quando for convenientemente atendível a demanda de mais de um órgão, hipóteses que se verificam integralmente no caso concreto.

8.3. Nesse sentido, ensinam os doutrinadores Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo:

"O denominado 'sistema de registro de preços' é um meio apto a viabilizar diversas contratações de compras, concomitantes ou sucessivas, sem a realização de um específico procedimento licitatório previamente a cada uma, por um ou mais de um órgão ou entidade da administração pública. Geralmente é utilizado por órgãos ou entidades que realizam compras frequentes de determinado bem (ou serviço), ou quando não é previamente conhecida a quantidade que será necessário comprar. Tem como vantagens, dentre outras, tornar ágeis as contratações e evitar a necessidade de formação de estoques, além de proporcionar transparência quanto aos preços pagos pela administração pelos bens e serviços que contrata simplificadamente, o órgão ou entidade que pretenda comprar determinados bens (ou serviços), promove uma licitação com o intuito de elaborar algo como um cadastro de potenciais fornecedores, no qual estará especificado o bem, o preço e as quantidades que cada fornecedor tem possibilidade de entregar ao órgão ou entidade, quando for solicitado, nas condições estipuladas no edital da licitação".



8.4. O sistema de registro de preços está regulado, na Nova Lei de Licitações, nos artigos 82 a 86, bem como disciplinado, em nível federal. Nos termos do artigo 3º, do Decreto nº. 7.892/2013, o sistema de registro de preços poderá ser adotado nas seguintes situações:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.5. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.6. O fornecimento do objeto será integral. Exigências de habilitação

8.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.23.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.24. DA EXIGÊNCIA DE CATÁLOGOS TÉCNICOS PARA CONFERÊNCIA DAS ESPECIFICAÇÕES

8.24.1. Como forma de assegurar a compatibilidade entre os produtos ofertados e as especificações técnicas exigidas neste processo de contratação, a empresa vencedora



deverá apresentar, obrigatoriamente, catálogos técnicos, folders ou documentos equivalentes de todos os equipamentos e materiais a serem fornecidos.

8.24.2. Os catálogos deverão conter, de forma clara e objetiva:

- a) Marca e modelo do item ofertado;
- b) Descrição completa com as especificações técnicas do produto;
- c) Informações de garantia e assistência técnica, quando aplicável;
- d) Imagens dos produtos, se possível, para facilitar a conferência visual.

8.24.3. A apresentação dos catálogos será condição prévia à emissão da nota de empenho e ao fornecimento dos materiais, sendo motivo de desclassificação ou impedimento do fornecimento a ausência de comprovação documental das características exigidas.

8.24.4. Caso os itens entregues estejam em desacordo com as especificações descritas e não condigam com os catálogos apresentados, a empresa será notificada para providenciar a substituição imediata, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, conforme legislação vigente e cláusulas contratuais.

Garantia da Proposta

8.25. A Será exigida a Garantia de Proposta, prevista no Art. 58, da Lei Federal 14.133/2021, no momento da apresentação da proposta, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, sendo que a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta é requisito de classificação.

8.26. A garantia da proposta poderá ser apresenta das seguintes formas:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Fiança bancária;
- c) Seguro garantia.

8.27. A fiança bancária comercial será prestada por banco, contendo:

- a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;
- b) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;

c) A garantia que for apresentada sob a forma de caução deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal (banco 104), agência 1382, conta corrente 575239445-3, CNPJ nº 18.306.654/0001-03.

d) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.28. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

9. ESTIMATIVAS DO QUANTITATIVO E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 474.422,77 (quatrocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	NOME	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
------	------	---------	------------------	-------------------------	----------------------



1	<p>BATERIA PARA CÂMERA CANON</p> <p>Descrição técnica: Bateria recarregável compatível com câmera Canon EOS, bem patrimonial nº 9215, com as seguintes características técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo: LP-E8 ou equivalente técnico de igual ou superior desempenho; • Tensão nominal: 7,2 V; • Capacidade mínima: 1.120 mAh; • Produto novo, de primeiro uso, não recondicionado nem remanufaturado; • Admite-se produto original do fabricante ou similar/compatível de qualidade equivalente, desde que integralmente compatível com o equipamento existente e comprovado por catálogo ou ficha técnica do fabricante; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: A indicação da marca CANON e do modelo LP-E8 decorre da necessidade de compatibilidade técnica com bem patrimonial específico (câmera Canon EOS – Patrimônio nº 9215) já existente no acervo da Prefeitura, enquadrando-se na hipótese do art. 42, III, da Lei nº 14.133/2021.</p>	Unidade	04	R\$ 305,98	R\$ 1.223,92
2	<p>CAIXA DE SOM PROFISSIONAL ATIVA</p> <p>Descrição técnica: Sistema de sonorização profissional ativo, de duas vias, com alto-falante de 10" (dez polegadas), amplificada, destinado ao uso em eventos de pequeno e médio porte, atendendo</p>	Unidade	13	R\$ 2.082,16	R\$ 27.068,08

	<p>às seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção: gabinete em polipropileno injetado ou material equivalente de alta resistência, com grade frontal em aço para proteção dos componentes; • Potência: mínima de 250 W RMS; • Pressão sonora (SPL): mínima de 125 dB; • Resposta de frequência: ampla e equilibrada, compatível com equipamentos de linha profissional; • Conectividade sem fio: Bluetooth integrado versão 5.0 ou superior, com função de streaming estável; • Processamento de sinal: DSP (Digital Signal Processing) integrado, com múltiplos presets de equalização; • Entradas mínimas: 02 (duas) combo XLR/TRS (microfone/linha) com controle independente; 01 (uma) entrada auxiliar P2 (3,5 mm); • Saída: XLR para interligação (pass-thru); • Impedância de entrada: compatível com padrão profissional; • Padrão de cobertura sonora: aproximadamente 100° horizontal, adequado para dispersão uniforme do áudio; • Montagem: suporte para pedestal padrão 35 mm, com possibilidade de ajuste de ângulo de inclinação. <p>Itens que deverão acompanhar o equipamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) tripé pedestal extensível compatível com o 				
--	--	--	--	--	--

	<p>equipamento, com ajuste de altura e capacidade adequada;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (uma) capa de proteção resistente e compatível com o modelo fornecido. <p>Demais exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo, de primeiro uso, com homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: A qualidade técnica e o desempenho acústico deverão ser compatíveis ou superiores aos equipamentos de fabricantes consolidados no mercado profissional de áudio, a exemplo de JBL ou Yamaha. A equivalência técnica deverá ser comprovada pelo licitante mediante catálogo técnico oficial e/ou ficha técnica do fabricante, atendidas integralmente as especificações mínimas descritas.</p>				
3	<p>CARREGADOR PORTÁTIL (POWER BANK)</p> <p>Descrição técnica: Carregador portátil tipo Power Bank, destinado ao carregamento de dispositivos eletrônicos móveis, com as seguintes características técnicas mínimas, admitindo-se tecnologia equivalente ou superior:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade nominal mínima: 50.000 mAh; • Tipo de bateria: íon-lítio (Li-ion) ou tecnologia equivalente; • Conectividade: USB e USB-C, admitindo-se conexões equivalentes; • Tensão de entrada: compatível com 110V/220V (bivolt automático); • Tensão de saída: 5V padrão, com suporte a tecnologias de 	Unidade	02	R\$ 465,24	R\$ 930,48

	<p>carga rápida conforme compatibilidade do dispositivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência de saída: compatível com carregamento rápido (mínimo de 22,5 W); • Cabos: integrados ou destacáveis, compatíveis com conectores USB, USB-C, Lightning e Micro-USB (V8) ou equivalentes; • Autonomia: suporte a, no mínimo, 7 (sete) ciclos de carga; • Indicação: display digital ou indicador luminoso para visualização do nível de carga; • Proteção: sistema inteligente contra sobrecarga, sobretensão, descarga excessiva, curto-circuito e aquecimento; • Segurança: desligamento automático ao término da carga ou em situação de risco; • Cor predominante: preta; • Certificação: homologação pela ANATEL; • Produto: novo, de primeiro uso, sem uso anterior; • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>Itens inclusos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) Power Bank; • 01 (um) cabo para carregamento do próprio carregador; • 01 (uma) fonte para recarga do carregador portátil; • Manual ou instruções básicas de uso. 				
4	<p>FIREWALL (SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE REDE)</p> <p>Descrição técnica: Solução de firewall de próxima geração (NGFW), corporativo, com as</p>	Unidade	02	R\$ 14.500,33	R\$ 29.000,66

	<p>seguintes funcionalidades e capacidades mínimas:</p> <p>Capacidades de desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Firewall Throughput mínimo de 4 Gbps; • NGFW Throughput mínimo de 1,5 Gbps; • Threat Protection Throughput mínimo de 800 Mbps; • Armazenamento local mínimo de 8 GB. <p>Roteamento e rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Roteamento dinâmico: OSPF, BGP, RIPv2; • Roteamento estático e por política; roteamento controlado pela aplicação; • Serviços integrados: DHCP, NTP, servidor DNS e proxy DNS; • Modos de interface: sniffer, porta agregada, loopback, VLANs (802.1Q e Trunking); • Comutação e roteamento nas camadas L2/L3; • Modos de operação: NAT/rota, transparente (ponte) e misto; • Suporte a IPv6. <p>Políticas e inspeção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetos de políticas predefinidos e personalizados, com agrupamento e políticas agregadas; • Política de segurança baseada em aplicação, função e geolocalização; • Suporte a Gateways de Nível de Aplicação e Sessão (protocolos comuns do mercado corporativo, incluindo, no mínimo: SIP, FTP, TFTP, HTTP, DNS, H.323); • Suporte a NAT/ALG (no mínimo SNAT, DNAT, PAT, NAT64); 				
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Filtro de URL; Anti-Spam; Prevenção de Botnet; Reputação de IP; • Controle de transferência de arquivos por tipo, tamanho e nome; • Identificação de protocolos de arquivo (HTTP, FTP, SMTP, POP3, SMB); • Controle de aplicação; balanceamento de carga de link; VPN. <p>Autenticação e identidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de usuário e dispositivo; • Banco local de usuários; • Autenticação remota: TACACS+, LDAP, RADIUS, Active Directory; • Autenticação de dois fatores (2FA) compatível com servidores de token físicos, SMS ou soluções de terceiros; • Autenticação baseada em IP e MAC; • WebAuth com personalização de página e suporte a IPv6. <p>Monitoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estatística e monitoramento de aplicações, URLs e eventos de ameaça em tempo real; • Estatísticas do sistema (sessões simultâneas, CPU, memória, temperatura); • Monitoramento de tráfego (QoS) e status de links; • Coleta de informações de tráfego. <p>Licenciamento e garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licenças de 3 (três) anos para antivírus, QoS, filtro de URL, IPS e CGNAT; • Produto novo, de primeiro uso, homologado e com suporte técnico oficial; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. 				
--	---	--	--	--	--

	<p>Observação – parâmetros de equivalência: As funcionalidades listadas representam o conjunto mínimo exigido pela Administração para a adequada proteção da rede municipal. Serão aceitas soluções de qualquer fabricante consolidado no mercado (a exemplo de Fortinet, Sophos, SonicWall, Watchguard, Hillstone, Palo Alto Networks ou similar), desde que comprovado o atendimento integral dos requisitos mediante apresentação de datasheet oficial do fabricante e declaração de compatibilidade técnica.</p>				
5	<p>HD EXTERNO 2TB</p> <p>DESCRIÇÃO TÉCNICA: Disco rígido externo portátil, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de armazenamento: 2 TB (dois terabytes); • Interface de conexão: USB 3.0 ou superior (retrocompatível com USB 2.0); • Tecnologia: Plug and Play; • Compatibilidade: com sistemas operacionais Windows e macOS; • Acompanha: cabo USB 3.0 de aproximadamente 46 cm (18 pol); • Produto: novo, de primeiro uso, não recondicionado; • Garantia mínima: 12 (doze) meses do fabricante. 	Unidade	37	R\$ 555,11	R\$ 20.539,07
6	<p>IMPRESSORA A LASER MONOCROMÁTICA</p> <p>Descrição técnica: Impressora a laser monocromática, nova, de primeiro uso, de uso corporativo, atendendo às seguintes especificações técnicas mínimas:</p>	Unidade	05	R\$ 2.577,45	R\$ 12.887,25

<ul style="list-style-type: none"> • Velocidade de impressão: mínima de 40 páginas por minuto (A4 ou Carta); • Resolução: mínima de 1.200 x 1.200 dpi; • Ciclo de trabalho mensal: mínimo de 80.000 páginas; • Volume mensal recomendado: aproximadamente 4.000 páginas; • Processador: mínimo de 1.0 GHz; • Memória: mínima de 256 MB; • Duplex: impressão frente e verso automática integrada; • Painel: com visor LCD ou tecnologia equivalente. <p>Conectividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interface USB 2.0 ou superior; • Rede Ethernet 10/100/1000 Mbps; • Conectividade sem fio (Wi-Fi compatível com 2.4 GHz e/ou 5 GHz). <p>Manuseio de papel:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bandeja de entrada padrão com capacidade mínima de 250 folhas; • Bandeja manual com capacidade mínima de 100 folhas; • Capacidade de expansão para, no mínimo, 900 folhas; • Saída de papel com capacidade mínima de 150 folhas. <p>Alimentação e suprimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compatível com rede elétrica de 110 a 127 V, 60 Hz; • Incluso toner inicial; • Fornecimento adicional de 5 (cinco) unidades de toner, originais do fabricante ou compatíveis/equivalentes de qualidade comprovada. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mínima de 12 (doze) meses. 				
--	--	--	--	--

	<p>Observação – referência de marca: Para fins exclusivos de aferição do padrão mínimo de qualidade e desempenho técnico, indicam-se, a título de referência, os modelos HP LaserJet Pro 4003dw e Brother HL-L6402DW. Serão aceitas impressoras de qualquer fabricante consolidado no mercado (a exemplo de HP, Brother, Xerox, Ricoh, Epson ou Samsung), desde que atendidas integralmente as especificações técnicas mínimas descritas neste item, aferidas mediante catálogo oficial do fabricante.</p>				
7	<p>LICENÇA DE RAMAL IP – LEUCOTRON ISION IP</p> <p>Descrição técnica: Licença de software para ramal IP, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compatível com centrais PABX Leucotron ISION IP, já instaladas no parque telefônico do Município; • Licença vitalícia, sem cobrança recorrente de mensalidades ou taxas de manutenção; • Implantação e configuração inclusas no fornecimento; • Suporte técnico durante a implantação. <p>Observação – padronização tecnológica: A indicação da marca LEUCOTRON ISION IP decorre de decisão formal de padronização tecnológica do parque de telefonia do Município, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021. As centrais PABX Leucotron ISION IP já estão instaladas e em operação, sendo a licença objeto desta contratação parte integrante e indissociável do sistema existente, com interoperabilidade restrita ao fabricante original. O processo de padronização e a justificativa técnica respectiva integram o Termo de Referência (TR)).</p>	Unidade	90	R\$ 216,20	R\$ 19.458,00

8	<p>MICROFONE SEM FIO DUPLO – SISTEMA DIGITAL</p> <p>Descrição técnica: Sistema de microfone sem fio duplo, composto por 02 (dois) transmissores de mão e 01 (um) receptor, destinado à captação de voz em eventos, apresentações, cerimônias e atividades similares, em ambientes internos e externos, conforme especificações técnicas mínimas abaixo:</p> <p>Tecnologia e transmissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia digital sem fio, faixa ISM (2,4 GHz) ou equivalente; • Latência inferior a 15 ms; • Seleção automática ou adaptativa de canal/frequência para mitigação de interferências; • Operação simultânea de 02 (dois) microfones, sem interferência entre canais; • Alcance mínimo de 30 metros em campo aberto. <p>Transmissores (microfones):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cápsula com padrão polar cardioide ou equivalente; • Resposta de frequência mínima de 50 Hz a 15 kHz; • Baixa distorção harmônica e boa relação sinal-ruído; • Alimentação por baterias internas recarregáveis (íon de lítio ou equivalente); • Autonomia mínima de 10 horas de uso contínuo; • Tempo de recarga máximo de 3 horas; • Construção ergonômica, com corpo resistente e adequado ao manuseio frequente. <p>Receptor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formato compacto, admitindo configuração do tipo plug 	Unidade	20	R\$ 951,33	R\$ 19.026,60
---	---	---------	----	------------	---------------

	<p>direto (dongle) ou unidade convencional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compatível com sistemas de sonorização profissional; • Saída de áudio adequada (P10, XLR ou auxiliar); • Facilidade de conexão com caixas acústicas ativas (plug and play). <p>Complementos e garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estojo, embalagem ou solução de acondicionamento que assegure proteção e transporte; • Homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: Indica-se, a título exclusivo de referência técnica, o modelo JBL Wireless Microphone Set (MICBR2). Serão aceitos sistemas de qualquer fabricante consolidado no mercado profissional de áudio (a exemplo de JBL, Shure, Sennheiser ou similar), desde que comprovado o atendimento integral das especificações técnicas mínimas mediante apresentação de catálogo e/ou ficha técnica oficial do fabricante.</p>				
9	<p>MICROFONES SEM FIO PROFISSIONAIS – SISTEMA UHF</p> <p>Descrição técnica: Sistema de microfones sem fio profissionais em tecnologia UHF, composto por transmissor(es) de mão e receptor, destinado à captação de áudio em eventos, cerimônias, apresentações e demais aplicações em ambientes internos e externos, conforme especificações técnicas mínimas abaixo:</p> <p>Receptor:</p>	Unidade	18	R\$ 334,02	R\$ 6.012,36

	<ul style="list-style-type: none"> • Operação em faixa UHF profissional (entre aproximadamente 500 MHz e 700 MHz, conforme regulamentação vigente); • Estabilidade de frequência igual ou inferior a 10 ppm; • Sistema true diversity (dupla antena) ou tecnologia equivalente; • Relação sinal/ruído igual ou superior a 100 dB; • Distorção harmônica total (THD) igual ou inferior a 0,5%; • Resposta de frequência mínima de 40 Hz a 18 kHz; • Sensibilidade de aproximadamente 1,5 µV a 12 dB SINAD ou melhor; • Múltiplos canais selecionáveis com ajuste manual ou automático; • Saídas de áudio balanceadas (XLR) independentes e saída mix desbalanceada (P10); • Alimentação bivolt automática ou por fonte 12 VDC. <p>Transmissores (microfones de mão):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alimentação por pilhas AA ou bateria recarregável equivalente; • Cápsula dinâmica de qualidade profissional; • Padrão polar cardioide ou supercardioide; • Baixa emissão de espúrios; • Resposta de frequência mínima de 40 Hz a 18 kHz; • Construção resistente, com corpo metálico ou material de alta durabilidade. <p>Operação, homologação e garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alcance operacional mínimo de 50 metros em condições normais; 				
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Boa rejeição a interferências externas; • Homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: A qualidade técnica e o desempenho deverão ser compatíveis ou superiores aos sistemas de fabricantes consolidados no mercado profissional de áudio, a exemplo de Shure, Sennheiser, AKG, Audio-Technica, LD Systems ou similar. A equivalência técnica deverá ser comprovada pelo licitante mediante catálogo técnico oficial, ficha técnica do fabricante e/ou ensaio laboratorial, atendidas integralmente as especificações mínimas descritas.</p>				
10	<p>SMARTPHONE 256 GB – USO PROFISSIONAL (ASSESSORIA DE IMPRENSA)</p> <p>Descrição técnica: Aparelho telefônico celular (smartphone) profissional, novo, de fabricação recente, sem uso prévio, não recondicionado nem remanufaturado, destinado ao uso exclusivo da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social para produção de conteúdo fotográfico e audiovisual de caráter institucional, conforme especificações técnicas mínimas abaixo, admitindo-se tecnologia equivalente ou superior:</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: tonalidade escura, a critério da contratante; • Armazenamento interno: mínimo de 256 GB; • Tela: tecnologia OLED ou superior, com bordas reduzidas; • Tamanho da tela: mínimo de 6,8 polegadas (diagonal); 	Unidade	1	R\$ 13.010,83	R\$ 13.010,83

	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução mínima da tela: igual ou superior a 2.800 x 1.300 pixels; • Taxa de atualização da tela: mínima de 120 Hz; • Rede móvel: compatível com tecnologia 5G; • Conectividade: Wi-Fi 6E ou superior, Bluetooth 5.3 ou superior, NFC com suporte a modo leitura; • Localização: GPS ou tecnologia equivalente; • Resistência: classificação mínima IP68 (norma IEC 60529); • Operadora: aparelho desbloqueado, compatível com qualquer operadora nacional; • Chips: Dual Chip (Nano SIM e eSIM); • Conexão física: porta USB-C. <p>Processador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chip de arquitetura moderna, com processo de fabricação avançado (preferencialmente até 3 nanômetros ou equivalente em desempenho); • CPU com mínimo de 6 núcleos, sendo ao menos 2 de alto desempenho e 4 de eficiência energética; • GPU dedicada com suporte a aceleração gráfica avançada; • Unidade dedicada ao processamento de inteligência artificial (NPU) ou tecnologia equivalente. <p>Sistema de câmeras (essencial à finalidade institucional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conjunto traseiro triplo: câmera principal (grande-angular), câmera ultra-angular e câmera teleobjetiva; • Resolução mínima da câmera traseira: 48 megapixels; 				
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera frontal: mínimo de 12 megapixels, com recursos avançados de imagem e reconhecimento facial; • Estabilização óptica de imagem (OIS); • Foco automático avançado; • Suporte a fotografia em alta resolução, HDR, modo retrato, modo noturno e panorama; • Recursos computacionais de imagem; • Zoom óptico mínimo de 5x; • Zoom digital ampliado. <p>Gravação de vídeo (essencial à finalidade institucional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gravação em resolução mínima 4K, com múltiplas taxas de quadros por segundo; • Estabilização óptica e/ou eletrônica; • Modos cinematográficos ou equivalentes; • Gravação HDR nativa (Dolby Vision ou tecnologia equivalente); • Câmera lenta e time-lapse; • Foco contínuo em vídeo; • Recursos avançados de captação de áudio direcional. <p>Bateria e autonomia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bateria interna recarregável de íon de lítio ou tecnologia superior; • Reprodução de vídeo local: mínimo de 30 horas; • Streaming de vídeo: mínimo de 25 horas. <p>Segurança e sensores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento facial para desbloqueio; • Chamada automática de emergência (SOS); • Detecção de acidentes ou funcionalidade de segurança equivalente; 				
--	---	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 2 sensores de luz ambiente ou tecnologia equivalente. <p>Embalagem e acessórios de fábrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) smartphone; • 01 (um) cabo para recarga USB-C de aproximadamente 1 metro; • Documentação do fabricante; • 01 (um) carregador de energia compatível (mínimo 30 W), certificado e com padrão de tomada brasileiro; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. • Certificado pela ANATEL. <p>Acessórios complementares a serem fornecidos junto ao aparelho:</p> <p>a) Capa com cordão para pescoço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: verde oliva; • Cordão com comprimento mínimo de 1,4 m, ajustável, em tecido ou material durável equivalente, removível; • Capa em material TPU ou equivalente, com acabamento de toque suave e forro interno aveludado; • Proteção integral de bordas, laterais, microfone, alto-falante e área da câmera; • Compatível com o modelo fornecido. <p>b) Película de proteção para câmera:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma unidade para cada lente; • Material resistente e transparente, sem comprometer a qualidade da imagem; • Compatível com uso simultâneo da capa fornecida. <p>c) Película protetora frontal 3D em cerâmica:</p>				
--	---	--	--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura total da tela; • Espessura mínima de 0,3 mm; dureza 9H; • Bordas pretas, mantendo sensibilidade ao toque; • Compatível com o modelo fornecido. <p>Observação – referência de marca e justificativa sucinta: Marca de referência: iPhone 17 Pro Max (Apple), ou equivalente técnico de igual ou superior desempenho, desde que comprovadamente atendidas as especificações mínimas descritas neste item.</p> <p>Justificativa sucinta da escolha da marca de referência: a indicação tem por fundamento a aderência técnica do equipamento ao uso institucional pretendido – produção profissional de conteúdo fotográfico e audiovisual para veiculação em mídias sociais oficiais, em especial no Instagram. O modelo referenciado apresenta integração superior entre hardware e software de captura (ProRAW de 12 bits, ProRes, Dolby Vision HDR nativo, estabilização cinematográfica e áudio espacial), além de compatibilidade otimizada com o pipeline de codificação das principais plataformas digitais (preservação do codec HEVC/H.265 sem transcodificação agressiva), resultando em melhor qualidade técnica final do conteúdo publicado. Ademais, o aparelho conta com ciclo de suporte de atualizações estendido (5 a 7 anos), o que amplia a vida útil do bem público e a racionalidade do gasto. A justificativa técnica detalhada, com análise comparativa de mercado e fundamentação jurisprudencial (TCU, STJ, TJMG e TCE-MG), integra documento próprio, anexo ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), em cumprimento</p>				
---	--	--	--	--

	ao art. 41, §2º, da Lei nº 14.133/2021.				
11	<p>TABLET PROFISSIONAL</p> <p>Descrição técnica: Tablet para uso institucional/profissional, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <p>Tela e display:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tamanho mínimo de 10,4 polegadas; • Tecnologia IPS, InCell ou equivalente; • Resolução mínima de 1.920 x 1.200 (Full HD), sendo desejável 2K (2.000 x 1.200); • Ângulo de visão adequado e boa fidelidade de cores. <p>Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processador octa-core compatível com uso multitarefa e aplicações institucionais; • Memória RAM mínima de 6 GB (desejável 8 GB); • Armazenamento interno mínimo de 128 GB; • Possibilidade de expansão por cartão de memória. <p>Sistema operacional e bateria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Android 13 ou superior, com suporte a atualizações; • Bateria com capacidade mínima de 6.000 mAh (desejável 7.000 mAh ou superior). <p>Conectividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4G LTE; • Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n/ac (dual band); • Bluetooth versão 5.0 ou superior; • Porta USB Tipo-C. <p>Câmeras e áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmera traseira com resolução mínima de 8 MP; 	Unidade	91	R\$ 2.738,59	R\$ 249.211,69

	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera frontal com resolução mínima de 5 MP; • Alto-falantes e microfone integrados. <p>Itens inclusos no conjunto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (uma) capa protetora tipo livro (abre e fecha), compatível com o modelo, com função suporte (stand); • 01 (um) carregador de parede de, no mínimo, 10 W (5 V / 2 A); • 01 (um) cabo USB Tipo-C; • 01 (um) extrator de chip; • Manual de instruções. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mínima de 12 (doze) meses do fabricante. <p>Observação – referência de marca: A qualidade e o desempenho deverão ser compatíveis ou superiores aos tablets de uso institucional de fabricantes consolidados no mercado brasileiro, a exemplo de Samsung, Lenovo, Multilaser ou Positivo. A equivalência técnica deverá ser comprovada pelo licitante mediante catálogo oficial do fabricante, atendidas integralmente as especificações técnicas mínimas descritas.</p>				
12	<p>TECLADO E MOUSE COM FIO (CONJUNTO)</p> <p>Descrição técnica: Conjunto composto por 01 (um) teclado e 01 (um) mouse, ambos com fio, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <p>Teclado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conexão USB 2.0; • Perfil baixo; • 107 teclas, padrão ABNT2; • Acionamentos simultâneos de no mínimo 6 teclas; • Durabilidade mínima de 10 milhões de acionamentos; 	Conjunto	115	R\$ 156,33	R\$ 17.977,95

	<ul style="list-style-type: none"> • Cabo de borracha com aproximadamente 1,5 m. <p>Mouse:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conexão USB 2.0; • Sensor óptico de 1.000 DPI; • 3 botões; • Durabilidade mínima de 3 milhões de cliques; • Roda scroll com borracha antiderrapante; • Cabo de borracha com aproximadamente 1,5 m; • Design ambidestro. <p>Demais exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produtos novos, de primeiro uso; • Garantia mínima de 12 (doze) meses do fabricante. 				
13	<p>TELEFONE IP (COM FIO) DESCRIÇÃO TÉCNICA:</p> <p>Aparelho telefônico tipo IP, para uso corporativo, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte a, no mínimo, 01 (uma) conta SIP; • Display gráfico; • Tecla Menu para acesso às configurações básicas do terminal; • Teclas dedicadas para correio de voz, sigilo (mute), viva-voz e atendimento via headset; • Teclas para ajuste de volume de áudio e campainha, flash e rediscar; • 02 (duas) portas Ethernet de 10/100 Mbps; • Possibilidade de instalação em mesa ou parede; • Garantia de qualidade na voz com suporte a QoS; • Capacidade para registro em servidor primário e secundário; 	Unidade	97	R\$ 362,00	R\$ 35.114,00

	<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilidade e homologação para operação integrada com a central PABX Leucotron ISION IP existente no Município; • Homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – compatibilidade técnica: A exigência de compatibilidade com a central PABX Leucotron ISION IP decorre da decisão formal de padronização tecnológica do parque de telefonia do Município, já documentada. A exigência alcança qualquer fabricante de telefones IP (a exemplo de Grandstream, Yealink, Leucotron, Fanvil, Intelbras ou similar) que comprove a interoperabilidade com a plataforma existente, mediante declaração técnica e/ou certificado do fabricante.</p>				
14	<p>TELEFONE IP SEM FIO (DECT)</p> <p>Descrição técnica: Aparelho telefônico IP sem fio, em tecnologia DECT, destinado ao uso corporativo, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Homologação pela ANATEL; • Alcance mínimo em ambientes internos de 50 metros; • Compatibilidade e homologação para operação integrada com a central PABX Leucotron ISION IP existente no Município. <p>Display e interface:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Display colorido; • No mínimo 20 (vinte) teclas; • Suporte a no mínimo 2 (duas) teclas programáveis; 	Unidade	26	R\$ 755,98	R\$ 19.655,48

	<ul style="list-style-type: none"> Sinalização visual de mensagem em espera (LED MWI). <p>Áudio e qualidade de voz:</p> <ul style="list-style-type: none"> Suporte a codecs de áudio em alta definição (mínimo G.722); Suporte a codecs de banda estreita (mínimo G.711); Cancelamento de eco (AEC); Controle automático de ganho (AGC); Redução de ruído ambiente no microfone; Eliminação avançada de ruído do áudio de entrada. <p>Bateria e carga:</p> <ul style="list-style-type: none"> Alimentação por baterias recarregáveis, com baixa taxa de descarga; Porta micro-USB ou USB-C para carga alternativa e operação sem bateria. <p>Acessórios e conexões:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conector para fones de ouvido de 3,5 mm; Presilha removível para cinto. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – compatibilidade técnica: Serão aceitos aparelhos de qualquer fabricante consolidado no mercado de telefonia IP/DECT (a exemplo de Grandstream, Yealink, Leucotron, Fanvil, Intelbras, Snom ou similar), desde que comprovada a interoperabilidade com a central PABX Leucotron ISION IP existente no Município, mediante declaração técnica e/ou certificado do fabricante.</p>				
15	<p>TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 4003DW</p> <p>Descrição técnica: Cartucho de toner compatível com impressora</p>	Unidade	20	R\$ 165,32	R\$ 3.306,40

	<p>HP LaserJet Pro 4003dw, com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Referência do cartucho: HP W1030X ou equivalente compatível; • Rendimento mínimo de 9.700 (nove mil e setecentas) páginas; • Admite-se produto original do fabricante ou compatível/equivalente de mesma qualidade; • Quando oferecido como original, o produto deverá ser novo, não recondicionado nem remanufaturado; • Embalagem lacrada, com identificação do fabricante; • Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. <p>Observação – consumível para equipamento específico: A indicação da marca HP e da referência W1030X decorre da natureza do insumo, que se destina ao consumo em equipamento de impressão específico (impressora HP LaserJet Pro 4003dw). A descrição admite produto original ou compatível/equivalente, nos termos do entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdãos TCU nºs 2.901/2014-Plenário e 2.510/2016-Plenário).</p>				
--	--	--	--	--	--

10. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

10.1. Constitui-se obrigação do MUNICÍPIO:

10.1.1. Efetuar a solicitação de fornecimento dos itens registrados na Ata, conforme necessidade, mediante emissão de requisição formal;

10.1.2. Receber os bens adquiridos no prazo, local e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos da Ata de Registro de Preços;

10.1.3. Designar servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução da Ata, registrando ocorrências e promovendo o cumprimento das disposições contratuais;



10.1.4. Efetuar o pagamento dos itens fornecidos nas condições e prazos pactuados, após o recebimento definitivo e regular do objeto;

10.1.5. Notificar formalmente a empresa registrada acerca de irregularidades, falhas ou desconformidades nos itens entregues, exigindo as devidas correções ou substituições;

10.1.6. Prestar os esclarecimentos necessários e fornecer informações à empresa registrada, quando solicitado, visando à boa execução da contratação;

10.1.7. Rejeitar, total ou parcialmente, os bens entregues em desacordo com as exigências do edital, do Termo de Referência ou da proposta aceita;

10.1.8. Solicitar, quando cabível, a substituição ou o ressarcimento dos itens que não atenderem às especificações técnicas ou apresentarem vícios de qualidade;

10.1.9. Registrar todas as ocorrências relevantes relacionadas ao descumprimento da Ata de Registro de Preços, para fins de sanções administrativas e responsabilização.

10.2. Constitui-se obrigação da **DETENTORA DA ARP**:

10.2.1. Fornecer os bens registrados com observância irrestrita das especificações técnicas, prazos, condições de entrega e locais definidos pela Administração, acompanhados das respectivas notas fiscais contendo marca, modelo, procedência e prazo de garantia;

10.2.2. Garantir que todos os itens fornecidos sejam novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e com garantia mínima legal e contratual, conforme cada tipo de equipamento;

10.2.3. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.4. Atender às requisições da Administração Pública prontamente, comunicando com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas qualquer impedimento ao fornecimento, devidamente justificado;

10.2.5. Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fretes, seguros, deslocamentos e quaisquer outras necessárias ao fornecimento dos bens, inclusive instalação, quando aplicável;

10.2.6. Assumir total responsabilidade por eventuais danos causados a bens públicos, instalações ou a terceiros, decorrentes de ações, omissões ou falhas durante a entrega e instalação dos itens;

10.2.7. Manter canais de comunicação atualizados (telefone, e-mail, WhatsApp corporativo, entre outros) para atendimento e recebimento de solicitações de entrega;

10.2.8. Prestar esclarecimentos e orientações técnicas, sempre que solicitado pela Administração ou pelos fiscais designados;

10.2.9. Zelar pela qualidade dos bens fornecidos, responsabilizando-se por eventuais defeitos, vícios ocultos ou desconformidades detectadas, promovendo as correções ou substituições devidas, sem ônus para a Administração;

10.2.10. Não subcontratar, terceirizar ou repassar a responsabilidade pelo fornecimento a terceiros, salvo mediante autorização expressa e formal da Administração;

10.2.11. Cumprir rigorosamente os prazos e as condições definidos nas Especificações Técnicas, além de seguir as orientações complementares do setor requisitante;

10.2.12. Cumprir com a assistência técnica e garantias dos produtos fornecidos, conforme previsão legal e prazos estabelecidos em edital ou proposta comercial, devendo:



- a) Garantir a substituição dos itens com defeito durante o prazo de garantia;
- b) Atender a chamados técnicos no prazo estipulado;
- c) Manter estoque ou capacidade de reposição mínima, quando aplicável.

11. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes hipóteses:

I – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

II – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação dos preços registrados, conforme autorizado pela Lei nº 14.133/2021.

12. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pela Administração, mediante justificativa, nas seguintes situações:

I – Descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pela Administração;

II – Não retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa plausível;

III – Não concordância em manter os preços registrados, nos casos em que se tornem superiores aos praticados no mercado;

IV – Aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Na hipótese prevista no inciso IV, caso a penalidade aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, a Administração poderá, por decisão fundamentada, optar pela manutenção do registro, vedadas novas contratações enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.3. O cancelamento será formalizado por despacho da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Em caso de cancelamento do fornecedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes classificados, obedecida a ordem de classificação, para fins de assinatura da Ata.

12.5. Os preços registrados poderão ser cancelados total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

I – Por razão de interesse público devidamente motivado;

II – A pedido do fornecedor, em razão de caso fortuito ou força maior;

III – Quando não houver êxito em eventual renegociação de preços, e os valores registrados se tornarem superiores aos praticados no mercado.



13. DAS PENALIDADES

13.1. A Contratada ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades, nos casos de inexecução total ou parcial da Ata, execução imperfeita, mora, inadimplemento contratual ou prestação de informações falsas, observados o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência, por escrito, nos casos de pequenas irregularidades que não justifiquem penalidade mais grave;

II – Multas, a serem aplicadas nos seguintes termos:

a) 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor do item não entregue, limitada a 10% do valor total da requisição;

b) 2% (dois por cento) sobre o valor total da nota fiscal, por descumprimento de qualquer cláusula contratual, aplicada em dobro em caso de reincidência;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do fornecimento, em caso de recusa injustificada em substituir item rejeitado ou por descumprimento reiterado das condições de entrega;

III – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Japaraíba por até 2 (dois) anos, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da penalidade ou até reabilitação perante a própria autoridade sancionadora.

13.2. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV do item anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II, conforme a gravidade da infração.

13.3. As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão, sob pena de cobrança judicial ou compensação com valores devidos à contratada.

13.4. O valor da multa será atualizado monetariamente, conforme índice legalmente admitido, caso não seja quitado no prazo estabelecido.

13.5. O inadimplemento das obrigações contratuais, após esgotadas as medidas administrativas e os prazos concedidos, poderá impedir a contratada de participar de novas licitações no âmbito do Município até a reparação integral do dano ou o cumprimento da obrigação assumida.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE	CLASSIFICAÇÃO/DOTAÇÃO	FICHA
020301	04.122.0004.2010-339030	102
020301	04.122.0004.2010-449052	109
020301	04.122.0004.2017-339030	121
020301	04.122.0004.2017-449052	126
020301	04.122.0004.2020-339030	133
020301	04.122.0004.2020-449052	139



020401	10.301.0005.2024-339030	143
020501	10.301.0005.2024-339030	161/ 162/ 163
020501	10.301.0005.2024-449052	180
020501	10.302.0005.2028-339030	191
020501	10.302.0005.2028-449052	177
020501	10.303.0005.2033-339030	220/ 221/ 222
020501	10.303.0005.2033-449052	230/ 231
020601	12.122.0008.2046-339030	281
020601	12.122.0008.2046-449052	289
020602	12.361.0008.2051-339030	307/ 308 /309
020602	12.361.0008.2051-449052	316
020602	12.365.0008.2058-339030	346/ 347
020602	12.365.0008.2058-4.4.90.52	353
020602	12.365.0008.2058-4.4.90.52	354/ 355
020602	12.365.0008.2061-3.3.90.30	373/ 374/ 375
020602	12.365.0008.2061-4.4.90.52	380/ 381
020605	13.392.0009.2071-3.3.90.30	424
020605	13.392.0009.2071-4.4.90.52	429
020605	13.392.0009.2073-3.3.90.30	433
020605	13.392.0009.2073-4.4.90.52	437
020606	13.391.0009.2074-3.3.90.30	439
020606	13.391.0009.2074-4.4.90.52	444
020607	27.812.0011.2078-339030	457
020607	27.812.0011.2078-449052	461
020701	08.122.0007.2086-339030	495
020701	08.122.0007.2086-449052	500
020901	04.122.0012.2105-339030	577
020901	04.122.0012.2105-449052	585
020903	04.122.0012.2106-339030	595/ 596
020903	04.122.0012.2106-449052	600/ 601
021002	04.129.0004.2018-339030	749
021002	04.129.0004.2018-449052	756
021003	04.123.0004.2022-339030	762
021003	04.123.0004.2022-449052	767
021101	04.122.0004.2021-339030	771
021101	04.122.0004.2021-449052	775
021101	20.605.0017.2140-3.3.90.30	781
021101	20.605.0017.2140-4.4.90.52	784
020501	10.301.0005.2024-3.3.90.30	857

Japaraíba, 29 de maio de 2026.

Helder de Carvalho Reis
Secretário Municipal de Administração e Governo

APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CONFORME INCISOS I A XIII DO §1º, ART. 18, DA
LEI N. 14133/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº090/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº037/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº0025/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1.2. O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1.3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

1.3.1. Ainda que o Município de Japaraíba/MG não disponha formalmente de um Plano de Contratações Anual (PCA) estruturado nos moldes recomendados pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2019, a presente demanda está devidamente contemplada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, por meio de dotação orçamentária vinculada às ações da Secretaria Municipal de Administração, Governo e Controle Interno.

1.4. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMO BEM COMUM

1.4.1. O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado. Dessa forma, entende-se que possa ser classificado como “bem comum” e, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade Pregão, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS

2.1. Município de Japaraíba

2.2. Secretaria Municipal de Administração e Governo

2.3. Nome do responsável: Helder de Carvalho Reis

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. Aquisição dos materiais e equipamentos de informática especificados no item 7 deste Estudo, para atender às demandas de todas as Secretarias Municipais de Japaraíba/MG, pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. Busca-se, ainda, a melhoria da qualidade dos atendimentos prestados pelas Secretarias Municipais, bem como o aprimoramento no desempenho das demandas específicas do serviço público, especialmente no tocante à modernização tecnológica, à segurança da informação, à continuidade da comunicação institucional e à eficiência operacional dos setores administrativos.

3.3. Motivação e Justificativa

3.3.1. A qualidade dos serviços prestados pelas Secretarias Municipais está diretamente ligada à infraestrutura disponível e aos recursos utilizados no desenvolvimento das



atividades. Nesse contexto, os materiais e equipamentos de informática exercem papel essencial para o funcionamento eficiente das instituições públicas.

3.3.2. Importância dos materiais e equipamentos de informática

- **3.3.2.1. Promoção da Inclusão:** A utilização de equipamentos de informática adequados e, quando necessário, adaptados, contribui para a inclusão e equidade no atendimento, garantindo que todos os usuários tenham acesso igualitário aos serviços oferecidos.
- **3.3.2.2. Segurança e Bem-Estar:** Equipamentos seguros e ergonômicos reduzem riscos de acidentes e promovem um ambiente de trabalho mais saudável tanto para os usuários quanto para os profissionais.

3.3.3. Embasamento Técnico e Legal

- **3.3.3.1.** É fundamental prever recursos destinados à implantação de condições físicas, institucionais e materiais adequadas nas Secretarias, a fim de garantir a eficiência dos serviços prestados.
- **3.3.3.2.** Também é necessário planejar, dentro do tempo adequado, a aquisição de materiais permanentes e de consumo, tais como computadores com acesso à internet, impressoras, móveis, televisores, equipamentos audiovisuais, veículos, materiais socioeducativos, livros, materiais de orientação profissional, cadeiras, mesas, armários, arquivos, entre outros.
- **3.3.3.3.** Considerando que os equipamentos de informática possuem vida útil variável e muitas vezes imprevisível, propõe-se a adoção do sistema de registro de preços. Isso permitirá aquisições emergenciais sempre que necessário, evitando prejuízos operacionais decorrentes da espera por novos processos licitatórios.
- **3.3.3.4.** Esta iniciativa visa solucionar os problemas relacionados às condições físicas dos ambientes de trabalho, proporcionando melhor estrutura para os servidores e, conseqüentemente, um atendimento mais qualificado à população.

4. DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

4.1. Considerando a necessidade identificada de suprir as Secretarias Municipais com materiais e equipamentos de informática adequados para a execução de suas atividades administrativas, sociais e operacionais, foram avaliadas as seguintes alternativas:

4.2. Remanejamento de bens existentes no próprio município:

a) Consulta Realizada:

Foi realizado um levantamento junto ao setor de patrimônio público municipal e às secretarias municipais, com o objetivo de identificar a existência de materiais e equipamentos de informática em condições adequadas de uso que pudessem ser remanejados para atender às atuais demandas.

b) Resultado:

Verificou-se que a maioria dos equipamentos disponíveis é obsoleta, apresenta desgaste significativo ou já se encontra alocada em caráter essencial nas unidades de origem. Dessa forma, o remanejamento acarretaria prejuízos funcionais às atividades das secretarias atualmente em posse desses bens.

c) Conclusão:

Conclui-se que o remanejamento de bens existentes é tecnicamente inviável, uma vez que não atende aos critérios de volume, qualidade e especificidade exigidos pelas secretarias demandantes.



4.3. Aquisição por meio de doações ou convênios com outros entes federativos ou entidades sociais:

- a) Análise: Apesar de desejável, tal alternativa depende de disponibilidade externa, o que compromete a previsibilidade e o atendimento tempestivo da demanda;
- b) Conclusão: Solução incerta e ineficaz para atender à necessidade imediata, dado que não houve ofertas ou possibilidade concreta de formalização de doações ou convênios que supram os itens necessários.

4.4. Aquisição direta por meio de processo licitatório:

- a) Viabilidade técnica e econômica: A aquisição direta, mediante procedimento licitatório, apresenta-se como a única alternativa capaz de atender de forma ampla, padronizada e tempestiva às necessidades de infraestrutura material das secretarias municipais;

b) Justificativa:

- I. Garante a aquisição de itens novos, com garantia e assistência técnica;
- II. Permite a escolha de fornecedores conforme critérios objetivos de qualidade, preço e prazo;
- III. Atende ao princípio da eficiência, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, promovendo a melhoria dos serviços públicos prestados à população;
- c) **Conclusão:** Trata-se da única solução técnica e juridicamente viável, diante da ausência de condições internas para suprir a demanda por remanejamento ou convênios, e da necessidade de assegurar ambientes adequados, seguros e produtivos nas secretarias.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A presente proposta tem por objetivo a **aquisição centralizada e planejada** de materiais e equipamento de informática, com padrão de qualidade e especificações compatíveis com as necessidades operacionais das Secretarias Municipais do Município de Japaraíba/MG, para atendimento progressivo ao longo de 12 (doze) meses.

5.2. Finalidade da Contratação

A contratação visa à **modernização e reestruturação dos espaços públicos** utilizados por servidores e usuários dos serviços municipais, por meio do fornecimento de equipamentos duráveis, com garantia de fábrica e reconhecida qualidade no mercado.

5.3. Procedimento de Execução

A execução da solução ocorrerá por meio de procedimento licitatório, observando-se a modalidade adequada, em consonância com a **Lei nº 14.133/2021**, garantindo os princípios da **isonomia, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa**.

5.4. Apresentação Técnica

Após a adjudicação do certame, a empresa vencedora deverá apresentar **catálogos técnicos detalhados** dos materiais e equipamentos ofertados, permitindo a verificação do atendimento integral às especificações exigidas no edital.

5.5. Entrega dos Bens

A entrega será realizada de forma **parcelada**, conforme a demanda e o planejamento logístico das Secretarias solicitantes, respeitando os prazos contratuais, com o devido acompanhamento e emissão de **termo de recebimento provisório e definitivo**.



5.6. Justificativa da Solução Proposta

A presente solução representa uma **resposta técnica, objetiva e economicamente viável** às necessidades atuais da administração municipal, possibilitando:

- Melhoria na qualidade dos serviços prestados ao cidadão;
- Condições adequadas de trabalho aos servidores públicos;
- Otimização dos recursos públicos investidos, por meio da padronização e centralização da aquisição.

5.7. Da Forma de Contratação

5.7.1. Considerando a natureza comum dos bens a serem adquiridos, com especificações objetivas e padronizadas, além da possibilidade de atendimento por diversos fornecedores presentes no mercado, a forma de contratação escolhida será Pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.7.2. Opta-se ainda pela utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), com fundamento no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a demanda será contínua e distribuída ao longo de 12 (doze) meses, podendo variar conforme as necessidades das diferentes secretarias do Município.

5.7.3. O Registro de Preços permitirá:

5.7.3.1. Maior flexibilidade no atendimento das solicitações de aquisição;

5.7.3.2. Otimização dos recursos públicos, ao evitar estoques desnecessários;

5.7.3.3. Padronização dos bens adquiridos;

5.7.3.4. Economia de escala, com obtenção de melhores preços unitários.

5.7.4. A ata de registro de preços será formalizada com os licitantes vencedores, observando a ordem de classificação e os quantitativos registrados, sendo as aquisições efetivadas conforme conveniência e planejamento da Administração.

5.8. Justificativa Técnica para Indicação de Marca de Referência – Smartphone (Item 10)

5.8.1. Dentre os itens objeto da presente contratação, destaca-se o Item 10 – Smartphone 256 GB, destinado ao uso exclusivo da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do Município, para a produção profissional de conteúdo fotográfico e audiovisual de caráter institucional, especialmente para veiculação em mídias sociais oficiais (Instagram, Facebook, YouTube e similares), em cumprimento ao dever de publicidade e transparência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e na Lei nº 12.527/2011.

5.8.2. Adota-se como marca de referência, exclusivamente para aferição do padrão mínimo de qualidade técnica, o modelo **iPhone 17 Pro Max** (Apple), sendo expressamente admitida a oferta de equipamento equivalente ou superior, desde que comprovado o integral atendimento às especificações técnicas mínimas descritas no Termo de Referência, nos termos do art. 41, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8.3. A escolha da marca de referência fundamenta-se em critérios objetivos de desempenho técnico, de caráter não decorativo ou suntuário, mas essenciais à finalidade pública específica do equipamento, a saber: (i) integração superior entre hardware e software de captura, com disponibilidade de recursos profissionais como ProRAW de 12 bits, ProRes, Dolby Vision HDR nativo, estabilização cinematográfica e áudio espacial direcional; (ii) compatibilidade otimizada com o pipeline de codificação das principais plataformas digitais (preservação do codec HEVC/H.265 sem transcodificação agressiva



no upload ao Instagram), assegurando a qualidade final do conteúdo institucional publicado; (iii) ciclo estendido de atualizações de sistema operacional (de 5 a 7 anos), o que amplia a vida útil do bem público e reduz o custo total de propriedade, em consonância com o princípio da economicidade.

5.8.4. Foi realizada análise comparativa de mercado com as principais alternativas de smartphones de ponta disponíveis no Brasil (Samsung Galaxy S25 Ultra e Google Pixel 10 Pro XL), constatando-se que, embora tais modelos apresentem paridade em especificações isoladas, é o conjunto integrado de atributos técnicos (hardware, software e interação nativa com plataformas digitais) que diferencia o modelo referenciado para o uso institucional pretendido – produção e publicação direta de conteúdo para mídias sociais oficiais.

5.8.5. A medida encontra-se em plena conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs 113/2016-Plenário, 1.214/2013-Plenário, 2.622/2013-Plenário, 2.300/2007-Plenário e 2.401/2019-Plenário), do Superior Tribunal de Justiça (REsp 402.711/SP) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Consultas nºs 898.658 e 1.112.265), que admitem a indicação de marca como referência sempre que acompanhada da cláusula “ou equivalente” e baseada em motivação técnica objetiva.

5.8.6. Por fim, a escolha atende ao critério da economicidade sob a ótica do ciclo de vida do bem (art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021): um único aparelho, com os recursos profissionais descritos, dispensa a aquisição complementar de câmera fotográfica profissional, estabilizador de imagem, microfone direcional e estação de edição dedicada, cuja soma ultrapassa significativamente o custo do equipamento ora referenciado, demonstrando vantagem econômica objetiva à Administração.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. As especificações técnicas detalhadas dos itens estão descritas no **item 7 – Estimativa de Bens do presente Estudo Técnico Preliminar**. Os materiais a serem fornecidos deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes, observando, no que couber, as normas da ABNT, do INMETRO e demais entidades reguladoras, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

6.2. Todos os itens deverão ser novos, de primeiro uso, e entregues em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer avaria ou uso anterior.

6.3. Caberá integralmente à empresa contratada a responsabilidade pela entrega dos materiais licitados, nos locais determinados pela Administração, conforme cronograma e orientações que vierem a ser expedidas.

6.4. A empresa contratada deverá assegurar assistência técnica e garantia dos produtos, conforme prazos legais e especificações dos fabricantes, contados a partir do recebimento definitivo dos bens.

6.5. A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e de sua proposta, assumindo todos os riscos e encargos decorrentes da execução do objeto, devendo:

- a) Efetuar a entrega dos bens conforme as especificações e prazos estipulados, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando marca, procedência, modelo e prazo de garantia;
- b) Assumir a responsabilidade por todos os encargos tributários, operacionais e administrativos relativos ao fornecimento, incluindo despesas com transporte, mão de obra e instalação, quando aplicável.



6.6. O recebimento provisório ou definitivo dos bens pela Administração não exime a contratada da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou descumprimento das especificações técnicas.

6.7. A contratada deverá observar rigorosamente a qualidade e as características exigidas para os produtos, sendo vedado o fornecimento de itens divergentes. A substituição somente será admitida em casos justificados, mediante autorização expressa do fiscal do contrato, desde que o item substituto seja de qualidade comprovadamente superior.

6.8. Fica vedada a subcontratação ou terceirização da responsabilidade pelo objeto contratado, devendo a contratada fornecer diretamente todos os bens, nos termos do edital e da proposta vencedora.

6.9. A empresa contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados pela Administração relacionados às características, especificações e operação dos produtos fornecidos.

6.10. As entregas deverão ser realizadas conforme requisições formais emitidas pela Contratante, não sendo admitidas alterações sem prévia anuência.

6.11. A vigência da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nas hipóteses legais cabíveis.

6.12. A presente contratação encontra respaldo orçamentário na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026, com dotação vinculada às ações institucionais das Secretarias Municipais.

6.13. DA EXIGÊNCIA DE CATÁLOGOS TÉCNICOS PARA CONFERÊNCIA DAS ESPECIFICAÇÕES

6.13.1. Como forma de assegurar a compatibilidade entre os produtos ofertados e as especificações técnicas exigidas neste processo de contratação, a empresa vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, catálogos técnicos, folders ou documentos equivalentes de todos os equipamentos e materiais a serem fornecidos.

6.13.2. Os catálogos deverão conter, de forma clara e objetiva:

- a) Marca e modelo do item ofertado;
- b) Descrição completa com as especificações técnicas do produto;
- c) Informações de garantia e assistência técnica, quando aplicável;
- d) Imagens dos produtos, se possível, para facilitar a conferência visual.

6.13.3. A apresentação dos catálogos será condição prévia à emissão da nota de empenho e ao fornecimento dos materiais, sendo motivo de desclassificação ou impedimento do fornecimento a ausência de comprovação documental das características exigidas.

6.13.4. Caso os itens entregues estejam em desacordo com as especificações descritas e não condigam com os catálogos apresentados, a empresa será notificada para providenciar a substituição imediata, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, conforme legislação vigente e cláusulas contratuais.

7. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS

7.1. Para estabelecer o quantitativo estimado dos itens a serem adquiridos, foi realizado levantamento técnico com base nas demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais, levando-se em consideração:

- a) A projeção de consumo ao longo de 12 (doze) meses;

- b) A quantidade demandada oficialmente por cada secretaria;
- c) Os registros de aquisições similares realizadas em exercícios anteriores, como parâmetro comparativo e referencial de uso;
- d) A necessidade de adequação e substituição de itens obsoletos ou danificados atualmente em uso;
- e) A expansão ou reestruturação de espaços institucionais que demandam novos equipamentos.

7.2. A metodologia utilizada visou à coerência entre a realidade administrativa e a estimativa apresentada, de forma a não gerar expectativas de fornecimento desproporcionais ou fantasiosas junto aos licitantes, garantindo o princípio da eficiência e da economicidade.

7.3. Os documentos, planilhas de projeção, memoriais de cálculo e justificativas técnicas que embasaram esta estimativa encontram-se devidamente acostados aos autos do processo administrativo que embasa a contratação.

7.4. Abaixo, segue a planilha consolidada com os itens e quantitativos contendo a descrição detalhada dos bens, unidades de medida e a quantidade prevista para cada item, a ser utilizada como referência na elaboração do Termo de Referência e na montagem da proposta pelos licitantes.

ITEM	NOME	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
1	BATERIA PARA CÂMERA CANON Descrição técnica: Bateria recarregável compatível com câmera Canon EOS, bem patrimonial nº 9215, com as seguintes características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none"> • Modelo: LP-E8 ou equivalente técnico de igual ou superior desempenho; • Tensão nominal: 7,2 V; • Capacidade mínima: 1.120 mAh; • Produto novo, de primeiro uso, não recondicionado nem remanufaturado; • Admite-se produto original do fabricante ou similar/compatível de qualidade equivalente, desde que integralmente compatível com o equipamento existente e comprovado por catálogo ou ficha técnica do fabricante; 	Unidade	04	R\$ 305,98	R\$ 1.223,92

	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: A indicação da marca CANON e do modelo LP-E8 decorre da necessidade de compatibilidade técnica com bem patrimonial específico (câmera Canon EOS – Patrimônio nº 9215) já existente no acervo da Prefeitura, enquadrando-se na hipótese do art. 42, III, da Lei nº 14.133/2021.</p>				
2	<p>CAIXA DE SOM PROFISSIONAL ATIVA</p> <p>Descrição técnica: Sistema de sonorização profissional ativo, de duas vias, com alto-falante de 10" (dez polegadas), amplificada, destinado ao uso em eventos de pequeno e médio porte, atendendo às seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção: gabinete em polipropileno injetado ou material equivalente de alta resistência, com grade frontal em aço para proteção dos componentes; • Potência: mínima de 250 W RMS; • Pressão sonora (SPL): mínima de 125 dB; • Resposta de frequência: ampla e equilibrada, compatível com equipamentos de linha profissional; • Conectividade sem fio: Bluetooth integrado versão 5.0 ou superior, com função de streaming estável; • Processamento de sinal: DSP (Digital Signal Processing) integrado, com múltiplos presets de equalização; • Entradas mínimas: 02 (duas) combo XLR/TRS 	Unidade	13	R\$ 2.082,16	R\$ 27.068,08



	<p>(microfone/linha) com controle independente; 01 (uma) entrada auxiliar P2 (3,5 mm);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saída: XLR para interligação (pass-thru); • Impedância de entrada: compatível com padrão profissional; • Padrão de cobertura sonora: aproximadamente 100° horizontal, adequado para dispersão uniforme do áudio; • Montagem: suporte para pedestal padrão 35 mm, com possibilidade de ajuste de ângulo de inclinação. <p>Itens que deverão acompanhar o equipamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) tripé pedestal extensível compatível com o equipamento, com ajuste de altura e capacidade adequada; • 01 (uma) capa de proteção resistente e compatível com o modelo fornecido. <p>Demais exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo, de primeiro uso, com homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: A qualidade técnica e o desempenho acústico deverão ser compatíveis ou superiores aos equipamentos de fabricantes consolidados no mercado profissional de áudio, a exemplo de JBL ou Yamaha. A equivalência técnica deverá ser comprovada pelo licitante mediante catálogo técnico oficial e/ou ficha técnica do fabricante, atendidas integralmente as especificações mínimas descritas.</p>				
3	CARREGADOR PORTÁTIL (POWER BANK)	Unidade	02	R\$ 465,24	R\$ 930,48

<p>Descrição técnica: Carregador portátil tipo Power Bank, destinado ao carregamento de dispositivos eletrônicos móveis, com as seguintes características técnicas mínimas, admitindo-se tecnologia equivalente ou superior:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade nominal mínima: 50.000 mAh; • Tipo de bateria: íon-lítio (Li-ion) ou tecnologia equivalente; • Conectividade: USB e USB-C, admitindo-se conexões equivalentes; • Tensão de entrada: compatível com 110V/220V (bivolt automático); • Tensão de saída: 5V padrão, com suporte a tecnologias de carga rápida conforme compatibilidade do dispositivo; • Potência de saída: compatível com carregamento rápido (mínimo de 22,5 W); • Cabos: integrados ou destacáveis, compatíveis com conectores USB, USB-C, Lightning e Micro-USB (V8) ou equivalentes; • Autonomia: suporte a, no mínimo, 7 (sete) ciclos de carga; • Indicação: display digital ou indicador luminoso para visualização do nível de carga; • Proteção: sistema inteligente contra sobrecarga, sobretensão, descarga excessiva, curto-circuito e aquecimento; • Segurança: desligamento automático ao término da carga ou em situação de risco; • Cor predominante: preta; • Certificação: homologação pela ANATEL; 				
--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Produto: novo, de primeiro uso, sem uso anterior; • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>Itens inclusos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) Power Bank; • 01 (um) cabo para carregamento do próprio carregador; • 01 (uma) fonte para recarga do carregador portátil; • Manual ou instruções básicas de uso. 				
4	<p>FIREWALL (SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE REDE)</p> <p>Descrição técnica: Solução de firewall de próxima geração (NGFW), corporativo, com as seguintes funcionalidades e capacidades mínimas:</p> <p>Capacidades de desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Firewall Throughput mínimo de 4 Gbps; • NGFW Throughput mínimo de 1,5 Gbps; • Threat Protection Throughput mínimo de 800 Mbps; • Armazenamento local mínimo de 8 GB. <p>Roteamento e rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Roteamento dinâmico: OSPF, BGP, RIPv2; • Roteamento estático e por política; roteamento controlado pela aplicação; • Serviços integrados: DHCP, NTP, servidor DNS e proxy DNS; • Modos de interface: sniffer, porta agregada, loopback, VLANs (802.1Q e Trunking); • Comutação e roteamento nas camadas L2/L3; • Modos de operação: NAT/rota, transparente (ponte) e misto; • Suporte a IPv6. 	Unidade	02	R\$ 14.500,33	R\$ 29.000,66

<p>Políticas e inspeção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetos de políticas predefinidos e personalizados, com agrupamento e políticas agregadas; • Política de segurança baseada em aplicação, função e geolocalização; • Suporte a Gateways de Nível de Aplicação e Sessão (protocolos comuns do mercado corporativo, incluindo, no mínimo: SIP, FTP, TFTP, HTTP, DNS, H.323); • Suporte a NAT/ALG (no mínimo SNAT, DNAT, PAT, NAT64); • Filtro de URL; Anti-Spam; Prevenção de Botnet; Reputação de IP; • Controle de transferência de arquivos por tipo, tamanho e nome; • Identificação de protocolos de arquivo (HTTP, FTP, SMTP, POP3, SMB); • Controle de aplicação; balanceamento de carga de link; VPN. <p>Autenticação e identidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de usuário e dispositivo; • Banco local de usuários; • Autenticação remota: TACACS+, LDAP, RADIUS, Active Directory; • Autenticação de dois fatores (2FA) compatível com servidores de token físicos, SMS ou soluções de terceiros; • Autenticação baseada em IP e MAC; • WebAuth com personalização de página e suporte a IPv6. <p>Monitoramento:</p>				
---	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Estatística e monitoramento de aplicações, URLs e eventos de ameaça em tempo real; • Estatísticas do sistema (sessões simultâneas, CPU, memória, temperatura); • Monitoramento de tráfego (QoS) e status de links; • Coleta de informações de tráfego. <p>Licenciamento e garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licenças de 3 (três) anos para antivírus, QoS, filtro de URL, IPS e CGNAT; • Produto novo, de primeiro uso, homologado e com suporte técnico oficial; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – parâmetros de equivalência: As funcionalidades listadas representam o conjunto mínimo exigido pela Administração para a adequada proteção da rede municipal. Serão aceitas soluções de qualquer fabricante consolidado no mercado (a exemplo de Fortinet, Sophos, SonicWall, Watchguard, Hillstone, Palo Alto Networks ou similar), desde que comprovado o atendimento integral dos requisitos mediante apresentação de datasheet oficial do fabricante e declaração de compatibilidade técnica.</p>				
5	<p>HD EXTERNO 2TB</p> <p>DESCRIÇÃO TÉCNICA: Disco rígido externo portátil, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de armazenamento: 2 TB (dois terabytes); • Interface de conexão: USB 3.0 ou superior (retrocompatível com USB 2.0); • Tecnologia: Plug and Play; 	Unidade	37	R\$ 555,11	R\$ 20.539,07

	<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilidade: com sistemas operacionais Windows e macOS; • Acompanha: cabo USB 3.0 de aproximadamente 46 cm (18 pol); • Produto: novo, de primeiro uso, não recondicionado; • Garantia mínima: 12 (doze) meses do fabricante. 				
6	<p>IMPRESSORA A LASER MONOCROMÁTICA</p> <p>Descrição técnica: Impressora a laser monocromática, nova, de primeiro uso, de uso corporativo, atendendo às seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Velocidade de impressão: mínima de 40 páginas por minuto (A4 ou Carta); • Resolução: mínima de 1.200 x 1.200 dpi; • Ciclo de trabalho mensal: mínimo de 80.000 páginas; • Volume mensal recomendado: aproximadamente 4.000 páginas; • Processador: mínimo de 1.0 GHz; • Memória: mínima de 256 MB; • Duplex: impressão frente e verso automática integrada; • Painel: com visor LCD ou tecnologia equivalente. <p>Conectividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interface USB 2.0 ou superior; • Rede Ethernet 10/100/1000 Mbps; • Conectividade sem fio (Wi-Fi compatível com 2.4 GHz e/ou 5 GHz). <p>Manuseio de papel:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bandeja de entrada padrão com capacidade mínima de 250 folhas; 	Unidade	05	R\$ 2.577,45	R\$ 12.887,25

	<ul style="list-style-type: none"> Bandeja manual com capacidade mínima de 100 folhas; Capacidade de expansão para, no mínimo, 900 folhas; Saída de papel com capacidade mínima de 150 folhas. <p>Alimentação e suprimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compatível com rede elétrica de 110 a 127 V, 60 Hz; Incluso toner inicial; Fornecimento adicional de 5 (cinco) unidades de toner, originais do fabricante ou compatíveis/equivalentes de qualidade comprovada. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: Para fins exclusivos de aferição do padrão mínimo de qualidade e desempenho técnico, indicam-se, a título de referência, os modelos HP LaserJet Pro 4003dw e Brother HL-L6402DW. Serão aceitas impressoras de qualquer fabricante consolidado no mercado (a exemplo de HP, Brother, Xerox, Ricoh, Epson ou Samsung), desde que atendidas integralmente as especificações técnicas mínimas descritas neste item, aferidas mediante catálogo oficial do fabricante.</p>				
7	<p>LICENÇA DE RAMAL IP – LEUCOTRON ISION IP</p> <p>Descrição técnica: Licença de software para ramal IP, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compatível com centrais PABX Leucotron ISION IP, já instaladas no parque telefônico do Município; Licença vitalícia, sem cobrança recorrente de mensalidades ou taxas de manutenção; Implantação e configuração inclusas no fornecimento; 	Unidade	90	R\$ 216,20	R\$ 19.458,00

	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte técnico durante a implantação. <p>Observação – padronização tecnológica: A indicação da marca LEUCOTRON ISION IP decorre de decisão formal de padronização tecnológica do parque de telefonia do Município, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021. As centrais PABX Leucotron ISION IP já estão instaladas e em operação, sendo a licença objeto desta contratação parte integrante e indissociável do sistema existente, com interoperabilidade restrita ao fabricante original. O processo de padronização e a justificativa técnica respectiva integram o Termo de Referência (TR)).</p>				
8	<p>MICROFONE SEM FIO DUPLO – SISTEMA DIGITAL</p> <p>Descrição técnica: Sistema de microfone sem fio duplo, composto por 02 (dois) transmissores de mão e 01 (um) receptor, destinado à captação de voz em eventos, apresentações, cerimônias e atividades similares, em ambientes internos e externos, conforme especificações técnicas mínimas abaixo:</p> <p>Tecnologia e transmissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia digital sem fio, faixa ISM (2,4 GHz) ou equivalente; • Latência inferior a 15 ms; • Seleção automática ou adaptativa de canal/frequência para mitigação de interferências; • Operação simultânea de 02 (dois) microfones, sem interferência entre canais; • Alcance mínimo de 30 metros em campo aberto. <p>Transmissores (microfones):</p>	Unidade	20	R\$ 951,33	R\$ 19.026,60



<ul style="list-style-type: none"> • Cápsula com padrão polar cardioide ou equivalente; • Resposta de frequência mínima de 50 Hz a 15 kHz; • Baixa distorção harmônica e boa relação sinal-ruído; • Alimentação por baterias internas recarregáveis (íon de lítio ou equivalente); • Autonomia mínima de 10 horas de uso contínuo; • Tempo de recarga máximo de 3 horas; • Construção ergonômica, com corpo resistente e adequado ao manuseio frequente. <p>Receptor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formato compacto, admitindo configuração do tipo plug direto (dongle) ou unidade convencional; • Compatível com sistemas de sonorização profissional; • Saída de áudio adequada (P10, XLR ou auxiliar); • Facilidade de conexão com caixas acústicas ativas (plug and play). <p>Complementos e garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estojo, embalagem ou solução de acondicionamento que assegure proteção e transporte; • Homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: Indica-se, a título exclusivo de referência técnica, o modelo JBL Wireless Microphone Set (MICBR2). Serão aceitos sistemas de qualquer fabricante consolidado no mercado profissional de áudio (a exemplo de JBL, Shure, Sennheiser ou similar), desde que comprovado o atendimento integral das especificações técnicas mínimas</p>				
---	--	--	--	--

	mediante apresentação de catálogo e/ou ficha técnica oficial do fabricante.				
9	<p>MICROFONES SEM FIO PROFISSIONAIS – SISTEMA UHF</p> <p>Descrição técnica: Sistema de microfones sem fio profissionais em tecnologia UHF, composto por transmissor(es) de mão e receptor, destinado à captação de áudio em eventos, cerimônias, apresentações e demais aplicações em ambientes internos e externos, conforme especificações técnicas mínimas abaixo:</p> <p>Receptor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operação em faixa UHF profissional (entre aproximadamente 500 MHz e 700 MHz, conforme regulamentação vigente); • Estabilidade de frequência igual ou inferior a 10 ppm; • Sistema true diversity (dupla antena) ou tecnologia equivalente; • Relação sinal/ruído igual ou superior a 100 dB; • Distorção harmônica total (THD) igual ou inferior a 0,5%; • Resposta de frequência mínima de 40 Hz a 18 kHz; • Sensibilidade de aproximadamente 1,5 µV a 12 dB SINAD ou melhor; • Múltiplos canais selecionáveis com ajuste manual ou automático; • Saídas de áudio balanceadas (XLR) independentes e saída mix desbalanceada (P10); • Alimentação bivolt automática ou por fonte 12 VDC. <p>Transmissores (microfones de mão):</p>	Unidade	18	R\$ 334,02	R\$ 6.012,36

	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação por pilhas AA ou bateria recarregável equivalente; • Cápsula dinâmica de qualidade profissional; • Padrão polar cardioide ou supercardioide; • Baixa emissão de espúrios; • Resposta de frequência mínima de 40 Hz a 18 kHz; • Construção resistente, com corpo metálico ou material de alta durabilidade. <p>Operação, homologação e garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alcance operacional mínimo de 50 metros em condições normais; • Boa rejeição a interferências externas; • Homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – referência de marca: A qualidade técnica e o desempenho deverão ser compatíveis ou superiores aos sistemas de fabricantes consolidados no mercado profissional de áudio, a exemplo de Shure, Sennheiser, AKG, Audio-Technica, LD Systems ou similar. A equivalência técnica deverá ser comprovada pelo licitante mediante catálogo técnico oficial, ficha técnica do fabricante e/ou ensaio laboratorial, atendidas integralmente as especificações mínimas descritas.</p>				
10	<p>SMARTPHONE 256 GB – USO PROFISSIONAL (ASSESSORIA DE IMPRENSA)</p> <p>Descrição técnica: Aparelho telefônico celular (smartphone) profissional, novo, de fabricação recente, sem uso prévio, não recondicionado nem remanufaturado, destinado ao uso</p>	Unidade	1	R\$ 13.010,83	R\$ 13.010,83

<p>exclusivo da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social para produção de conteúdo fotográfico e audiovisual de caráter institucional, conforme especificações técnicas mínimas abaixo, admitindo-se tecnologia equivalente ou superior:</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: tonalidade escura, a critério da contratante; • Armazenamento interno: mínimo de 256 GB; • Tela: tecnologia OLED ou superior, com bordas reduzidas; • Tamanho da tela: mínimo de 6,8 polegadas (diagonal); • Resolução mínima da tela: igual ou superior a 2.800 x 1.300 pixels; • Taxa de atualização da tela: mínima de 120 Hz; • Rede móvel: compatível com tecnologia 5G; • Conectividade: Wi-Fi 6E ou superior, Bluetooth 5.3 ou superior, NFC com suporte a modo leitura; • Localização: GPS ou tecnologia equivalente; • Resistência: classificação mínima IP68 (norma IEC 60529); • Operadora: aparelho desbloqueado, compatível com qualquer operadora nacional; • Chips: Dual Chip (Nano SIM e eSIM); • Conexão física: porta USB-C. <p>Processador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chip de arquitetura moderna, com processo de fabricação avançado (preferencialmente até 3 nanômetros ou equivalente em desempenho); 				
---	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • CPU com mínimo de 6 núcleos, sendo ao menos 2 de alto desempenho e 4 de eficiência energética; • GPU dedicada com suporte a aceleração gráfica avançada; • Unidade dedicada ao processamento de inteligência artificial (NPU) ou tecnologia equivalente. <p>Sistema de câmeras (essencial à finalidade institucional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conjunto traseiro triplo: câmera principal (grande-angular), câmera ultra-angular e câmera teleobjetiva; • Resolução mínima da câmera traseira: 48 megapixels; • Câmera frontal: mínimo de 12 megapixels, com recursos avançados de imagem e reconhecimento facial; • Estabilização óptica de imagem (OIS); • Foco automático avançado; • Suporte a fotografia em alta resolução, HDR, modo retrato, modo noturno e panorama; • Recursos computacionais de imagem; • Zoom óptico mínimo de 5x; • Zoom digital ampliado. <p>Gravação de vídeo (essencial à finalidade institucional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gravação em resolução mínima 4K, com múltiplas taxas de quadros por segundo; • Estabilização óptica e/ou eletrônica; • Modos cinematográficos ou equivalentes; • Gravação HDR nativa (Dolby Vision ou tecnologia equivalente); • Câmera lenta e time-lapse; • Foco contínuo em vídeo; 				
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> Recursos avançados de captação de áudio direcional. <p>Bateria e autonomia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Bateria interna recarregável de íon de lítio ou tecnologia superior; Reprodução de vídeo local: mínimo de 30 horas; Streaming de vídeo: mínimo de 25 horas. <p>Segurança e sensores:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento facial para desbloqueio; Chamada automática de emergência (SOS); Deteção de acidentes ou funcionalidade de segurança equivalente; Mínimo de 2 sensores de luz ambiente ou tecnologia equivalente. <p>Embalagem e acessórios de fábrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01 (um) smartphone; 01 (um) cabo para recarga USB-C de aproximadamente 1 metro; Documentação do fabricante; 01 (um) carregador de energia compatível (mínimo 30 W), certificado e com padrão de tomada brasileiro; Garantia mínima de 12 (doze) meses. Certificado pela ANATEL. <p>Acessórios complementares a serem fornecidos junto ao aparelho:</p> <p>a) Capa com cordão para pescoço:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cor: verde oliva; Cordão com comprimento mínimo de 1,4 m, ajustável, em tecido ou material durável equivalente, removível; Capa em material TPU ou equivalente, com acabamento 				
--	--	--	--	--	--

	<p>de toque suave e forro interno aveludado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteção integral de bordas, laterais, microfone, alto-falante e área da câmera; • Compatível com o modelo fornecido. <p>b) Película de proteção para câmera:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma unidade para cada lente; • Material resistente e transparente, sem comprometer a qualidade da imagem; • Compatível com uso simultâneo da capa fornecida. <p>c) Película protetora frontal 3D em cerâmica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cobertura total da tela; • Espessura mínima de 0,3 mm; dureza 9H; • Bordas pretas, mantendo sensibilidade ao toque; • Compatível com o modelo fornecido. <p>Observação – referência de marca e justificativa sucinta: Marca de referência: iPhone 17 Pro Max (Apple), ou equivalente técnico de igual ou superior desempenho, desde que comprovadamente atendidas as especificações mínimas descritas neste item.</p> <p>Justificativa sucinta da escolha da marca de referência: a indicação tem por fundamento a aderência técnica do equipamento ao uso institucional pretendido – produção profissional de conteúdo fotográfico e audiovisual para veiculação em mídias sociais oficiais, em especial no Instagram. O modelo referenciado apresenta integração superior entre hardware e software de captura (ProRAW de 12 bits, ProRes, Dolby Vision HDR nativo, estabilização cinematográfica e áudio espacial),</p>				
--	---	--	--	--	--

	além de compatibilidade otimizada com o pipeline de codificação das principais plataformas digitais (preservação do codec HEVC/H.265 sem transcodificação agressiva), resultando em melhor qualidade técnica final do conteúdo publicado. Ademais, o aparelho conta com ciclo de suporte de atualizações estendido (5 a 7 anos), o que amplia a vida útil do bem público e a racionalidade do gasto. A justificativa técnica detalhada, com análise comparativa de mercado e fundamentação jurisprudencial (TCU, STJ, TJMG e TCE-MG), integra documento próprio, anexo ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), em cumprimento ao art. 41, §2º, da Lei nº 14.133/2021.				
11	<p>TABLET PROFISSIONAL</p> <p>Descrição técnica: Tablet para uso institucional/profissional, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <p>Tela e display:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tamanho mínimo de 10,4 polegadas; • Tecnologia IPS, InCell ou equivalente; • Resolução mínima de 1.920 x 1.200 (Full HD), sendo desejável 2K (2.000 x 1.200); • Ângulo de visão adequado e boa fidelidade de cores. <p>Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processador octa-core compatível com uso multitarefa e aplicações institucionais; • Memória RAM mínima de 6 GB (desejável 8 GB); • Armazenamento interno mínimo de 128 GB; • Possibilidade de expansão por cartão de memória. 	Unidade	91	R\$ 2.738,59	R\$ 249.211,69

<p>Sistema operacional e bateria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Android 13 ou superior, com suporte a atualizações; • Bateria com capacidade mínima de 6.000 mAh (desejável 7.000 mAh ou superior). <p>Conectividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4G LTE; • Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n/ac (dual band); • Bluetooth versão 5.0 ou superior; • Porta USB Tipo-C. <p>Câmeras e áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmera traseira com resolução mínima de 8 MP; • Câmera frontal com resolução mínima de 5 MP; • Alto-falantes e microfone integrados. <p>Itens inclusos no conjunto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (uma) capa protetora tipo livro (abre e fecha), compatível com o modelo, com função suporte (stand); • 01 (um) carregador de parede de, no mínimo, 10 W (5 V / 2 A); • 01 (um) cabo USB Tipo-C; • 01 (um) extrator de chip; • Manual de instruções. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mínima de 12 (doze) meses do fabricante. <p>Observação – referência de marca: A qualidade e o desempenho deverão ser compatíveis ou superiores aos tablets de uso institucional de fabricantes consolidados no mercado brasileiro, a exemplo de Samsung, Lenovo, Multilaser ou Positivo. A equivalência técnica deverá ser comprovada pelo licitante mediante catálogo oficial do fabricante, atendidas</p>				
---	--	--	--	--

	integralmente as especificações técnicas mínimas descritas.				
12	<p>TECLADO E MOUSE COM FIO (CONJUNTO)</p> <p>Descrição técnica: Conjunto composto por 01 (um) teclado e 01 (um) mouse, ambos com fio, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <p>Teclado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conexão USB 2.0; • Perfil baixo; • 107 teclas, padrão ABNT2; • Acionamentos simultâneos de no mínimo 6 teclas; • Durabilidade mínima de 10 milhões de acionamentos; • Cabo de borracha com aproximadamente 1,5 m. <p>Mouse:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conexão USB 2.0; • Sensor óptico de 1.000 DPI; • 3 botões; • Durabilidade mínima de 3 milhões de cliques; • Roda scroll com borracha antiderrapante; • Cabo de borracha com aproximadamente 1,5 m; • Design ambidestro. <p>Demais exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produtos novos, de primeiro uso; • Garantia mínima de 12 (doze) meses do fabricante. 	Conjunto	115	R\$ 156,33	R\$ 17.977,95
13	<p>TELEFONE IP (COM FIO)</p> <p>DESCRIÇÃO TÉCNICA:</p> <p>Aparelho telefônico tipo IP, para uso corporativo, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte a, no mínimo, 01 (uma) conta SIP; • Display gráfico; 	Unidade	97	R\$ 362,00	R\$ 35.114,00

	<ul style="list-style-type: none"> • Tecla Menu para acesso às configurações básicas do terminal; • Teclas dedicadas para correio de voz, sigilo (mute), viva-voz e atendimento via headset; • Teclas para ajuste de volume de áudio e campainha, flash e rediscar; • 02 (duas) portas Ethernet de 10/100 Mbps; • Possibilidade de instalação em mesa ou parede; • Garantia de qualidade na voz com suporte a QoS; • Capacidade para registro em servidor primário e secundário; • Compatibilidade e homologação para operação integrada com a central PABX Leucotron ISION IP existente no Município; • Homologação da ANATEL; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. <p>Observação – compatibilidade técnica: A exigência de compatibilidade com a central PABX Leucotron ISION IP decorre da decisão formal de padronização tecnológica do parque de telefonia do Município, já documentada. A exigência alcança qualquer fabricante de telefones IP (a exemplo de Grandstream, Yealink, Leucotron, Fanvil, Intelbras ou similar) que comprove a interoperabilidade com a plataforma existente, mediante declaração técnica e/ou certificado do fabricante.</p>				
14	<p>TELEFONE IP SEM FIO (DECT)</p> <p>Descrição técnica: Aparelho telefônico IP sem fio, em tecnologia DECT, destinado ao uso</p>	Unidade	26	R\$ 755,98	R\$ 19.655,48

<p>corporativo, com as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Homologação pela ANATEL; • Alcance mínimo em ambientes internos de 50 metros; • Compatibilidade e homologação para operação integrada com a central PABX Leucotron ISION IP existente no Município. <p>Display e interface:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Display colorido; • No mínimo 20 (vinte) teclas; • Suporte a no mínimo 2 (duas) teclas programáveis; • Sinalização visual de mensagem em espera (LED MWI). <p>Áudio e qualidade de voz:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte a codecs de áudio em alta definição (mínimo G.722); • Suporte a codecs de banda estreita (mínimo G.711); • Cancelamento de eco (AEC); • Controle automático de ganho (AGC); • Redução de ruído ambiente no microfone; • Eliminação avançada de ruído do áudio de entrada. <p>Bateria e carga:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alimentação por baterias recarregáveis, com baixa taxa de descarga; • Porta micro-USB ou USB-C para carga alternativa e operação sem bateria. <p>Acessórios e conexões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conector para fones de ouvido de 3,5 mm; • Presilha removível para cinto. <p>Garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mínima de 12 (doze) meses. 				
--	--	--	--	--

	<p>Observação – compatibilidade técnica: Serão aceitos aparelhos de qualquer fabricante consolidado no mercado de telefonia IP/DECT (a exemplo de Grandstream, Yealink, Leucotron, Fanvil, Intelbras, Snom ou similar), desde que comprovada a interoperabilidade com a central PABX Leucotron ISION IP existente no Município, mediante declaração técnica e/ou certificado do fabricante.</p>				
15	<p>TONER COMPATÍVEL COM IMPRESSORA HP 4003DW</p> <p>Descrição técnica: Cartucho de toner compatível com impressora HP LaserJet Pro 4003dw, com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Referência do cartucho: HP W1030X ou equivalente compatível; • Rendimento mínimo de 9.700 (nove mil e setecentas) páginas; • Admite-se produto original do fabricante ou compatível/equivalente de mesma qualidade; • Quando oferecido como original, o produto deverá ser novo, não recondicionado nem remanufaturado; • Embalagem lacrada, com identificação do fabricante; • Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. <p>Observação – consumível para equipamento específico: A indicação da marca HP e da referência W1030X decorre da natureza do insumo, que se destina ao consumo em equipamento de impressão específico (impressora HP LaserJet Pro 4003dw). A descrição admite produto original ou compatível/equivalente, nos termos do entendimento</p>	Unidade	20	R\$ 165,32	R\$ 3.306,40

consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdãos TCU nºs 2.901/2014-Plenário e 2.510/2016-Plenário).				
--	--	--	--	--

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 474.422,77 (quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos).

8.2. O critério empregado para obtenção do valor de referência foi o cálculo da média e/ou mediana, a partir das propostas válidas obtidas, conforme exposto no mapa de preços constante nos autos deste Processo Administrativo.

9. JUSTIFICATIVA PELO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

9.1. Nos termos do art. 40, § 3º, inciso I, c/c art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Para sua aplicação, o § 1º do art. 47 exige que sejam considerados: (i) a responsabilidade técnica; (ii) o custo para a Administração decorrente da pluralidade de contratos, confrontado com as vantagens da redução de custos; (iii) a divisão do objeto em itens; e (iv) o dever de ampliar a competição e evitar a concentração de mercado.

9.2. Aplicando-se tais critérios à presente contratação, verifica-se que o parcelamento é plenamente cabível e, inclusive, já foi adotado: o objeto encontra-se subdividido em 15 (quinze) itens autônomos entre si, passíveis de aquisição isolada, sem prejuízo da funcionalidade ou da economia pretendida. A divisão por itens permite a participação de fornecedores especializados em cada segmento (equipamentos de áudio, telefonia, impressão, informática geral e comunicação móvel), ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Não se identifica, por outro lado, prejuízo técnico ou perda de economia de escala que justificaria o agrupamento por lote.

10. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

11.2. Os bens que se pretende adquirir, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO



12.1. A presente contratação proporcionará melhorias concretas e significativas na infraestrutura física, administrativa e funcional das diversas Secretarias Municipais do Município de Japaraíba/MG. Os benefícios práticos e diretos da aquisição de materiais e equipamentos de informática incluem:

a) Reestruturação e modernização dos espaços públicos de trabalho e atendimento ao cidadão:

b) Melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos: A aquisição de equipamentos de informática, como computadores, notebooks, impressoras e periféricos, contribuirá diretamente para a modernização dos processos administrativos, otimizando o desempenho das atividades diárias. Com ferramentas mais eficientes e atualizadas, os servidores poderão exercer suas funções com maior agilidade, precisão e segurança, o que reflete em melhores condições de trabalho, aumento da produtividade e qualidade no atendimento ao cidadão.

c) Fortalecimento da rede de acolhimento e convivência social: Os equipamentos de informática também serão destinados a unidades de atendimento social, como creches, centros comunitários, salas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e unidades da assistência social. A presença desses recursos tecnológicos permitirá a organização de atividades educativas, administrativas e formativas, além de apoiar ações de inclusão digital, contribuindo para uma estrutura mais eficiente e acolhedora voltada ao público atendido.

d) Redução de custos com manutenção e improvisações: Com a substituição de equipamentos antigos, danificados ou improvisados por itens novos e padronizados, haverá economia a médio e longo prazo com consertos e trocas recorrentes.

e) Promoção da equidade entre unidades e secretarias: A distribuição planejada e proporcional dos itens permitirá que todas as unidades municipais – da zona urbana à zona rural – tenham acesso aos mesmos padrões de qualidade e funcionalidade nos equipamentos.

12.2. Assim, a contratação não apenas garante o atendimento de demandas administrativas e operacionais, como também concretiza a melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados à população, contribuindo para um ambiente institucional mais eficiente, seguro e humanizado.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

13.2. A Secretaria Municipal de Administração indica a servidora **Elaine Aparecida Fernandes**, para atuar como fiscal do contrato.

13.3. A gestão do contrato será de responsabilidade da Secretária Municipal de Administração, Governo e Controle Interno, Sr. Helder de Carvalho Reis.

13.4. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

a) elaboração de minuta do edital;

b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;

c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);

d) elaboração de minuta do contrato;



- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

14. DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. Nos termos do art. 6º, inciso XXVII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as diretrizes de planejamento das contratações públicas, apresenta-se a matriz de riscos com o objetivo de identificar, avaliar e classificar os principais riscos associados à aquisição de materiais e equipamento de informática, visando à mitigação de impactos negativos e à garantia da regular execução contratual.

Risco Identificado	Categoria	Probabilidade	Impacto	Plano de Mitigação / Contingência
Atraso na entrega dos itens	Operacional	Média	Alta	Estabelecer prazos claros no edital e contrato; prever penalidades por atraso; realizar acompanhamento do cronograma com notificações formais.
Entrega de produtos divergentes das especificações	Técnico/Qualidade	Média	Alta	Exigir apresentação de catálogos e amostras técnicas dos itens; condicionar o recebimento à conferência rigorosa dos produtos conforme o Termo de Referência.
Dificuldade logística para entrega em diversas secretarias	Logístico/Operacional	Média	Média	Incluir obrigação de entrega nos locais indicados pela Administração; exigir planejamento logístico por parte da contratada.
Produtos com defeito ou vícios ocultos	Técnico/Qualidade	Média	Média	Prever cláusula de garantia mínima legal/contratual; responsabilizar a empresa pela substituição imediata dos itens com defeito sem ônus à Administração.
Descontinuidade de modelos durante o prazo de vigência da ARP	Técnico/Comercial	Baixa	Média	Estabelecer que qualquer substituição deverá ser autorizada previamente pela Administração e somente mediante apresentação de item equivalente ou superior.



Variação significativa de preços no mercado	Econômico	Baixa	Baixa	Utilizar pesquisa de mercado atualizada; adotar Sistema de Registro de Preços para permitir contratações conforme demanda e dentro dos valores registrados.
Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da empresa	Jurídico/Contratual	Média	Alta	Prever aplicação de penalidades contratuais; manter fiscalização ativa e registro de ocorrências; rescindir contrato com convocação de nova fornecedora, se necessário.
Dificuldade de instalação dos equipamentos (quando aplicável)	Operacional/Técnico	Baixa	Média	Incluir obrigação contratual de entrega com instalação, quando aplicável; acompanhamento da instalação pela equipe técnica da Administração.
Risco de subcontratação irregular ou repasse da obrigação a terceiros	Jurídico/Contratual	Baixa	Média	Proibir expressamente a subcontratação no edital e contrato; exigir declaração formal de responsabilidade integral pela execução.

A análise de riscos apresentada tem como finalidade antecipar potenciais falhas, definir responsabilidades e viabilizar ações preventivas e corretivas, assegurando a conformidade técnica, jurídica e administrativa da contratação. A adoção desta matriz favorece o cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços públicos, garantindo melhores resultados para a Administração e atendimento qualificado à população.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Geração de Resíduos Eletroeletrônicos (REEE)

Equipamentos permanentes de informática (como computadores, monitores, impressoras) ao atingirem sua vida útil geram resíduos eletrônicos perigosos, que contêm metais pesados como chumbo, mercúrio e cádmio. Se descartados incorretamente, podem contaminar o solo e recursos hídricos.

15.2. Consumo de Recursos Naturais e Energia

A fabricação e o uso dos equipamentos de informática demandam energia e recursos naturais (água, metais raros, combustíveis fósseis).

Durante o uso, os equipamentos contribuem para o aumento da pegada de carbono devido ao consumo elétrico, especialmente em instituições com alto volume de uso contínuo.

15.3. Geração de Resíduos de Consumo (materiais descartáveis)

Cartuchos e toners geram resíduos não biodegradáveis e, muitas vezes, não são reciclados adequadamente.



A substituição frequente de acessórios como mouses, teclados e cabos também gera volume significativo de resíduos sólidos.

15.4. Transporte e Logística

A entrega e distribuição dos materiais gera emissões de gases poluentes, contribuindo para o aquecimento global e a poluição atmosférica, sobretudo se os fornecedores estiverem localizados a longas distâncias.

15.5. Recomendações para Mitigação dos Impactos Ambientais

15.5.1. Critérios de Sustentabilidade na Contratação

Inserir exigências de sustentabilidade no edital, tais como:

Prioridade para equipamentos com selo de eficiência energética (INMETRO/PROCEL).

Cartuchos e toners remanufaturados ou recicláveis.

Embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

Fornecedores com política de logística reversa para coleta de resíduos eletrônicos e suprimentos usados.

15.5.2. Gestão e Planejamento do Ciclo de Vida

Realizar o planejamento da aquisição com base na real demanda para evitar o excesso de materiais e o desperdício.

Prever procedimentos para descarte ambientalmente adequado dos materiais inservíveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

15.5.3. Estímulo à Economia Circular

Incluir cláusula contratual que incentive ou obrigue o fornecedor a receber equipamentos inservíveis ou substituir toners usados por novos, promovendo a economia circular.

15.6. Conclusão

Embora a aquisição de equipamentos de informática, em si, não represente atividade de alto risco ambiental direto, os impactos indiretos são relevantes, especialmente no que se refere à geração de resíduos eletroeletrônicos, consumo energético, descarte de materiais e logística de transporte. Assim, é necessário que o processo licitatório incorpore diretrizes ambientais desde a fase de planejamento, em conformidade com o artigo 11, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que trata da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio da contratação pública.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é licitação, através de Ata de Registro de Preços de aquisição materiais e equipamentos de informática, que atende aos padrões e preços de mercado.

JAPARAÍBA-MG, 29 de maio de 2026.



Helder de Carvalho Reis
Secretário Municipal de Administração e Governo



ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026,
QUE FAZEM ENTRE SI POR INTERMÉDIO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAIBA E A
EMPRESA XXXX

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAIBA com sede na Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 029, centro, na cidade de Japaraíba /MG inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.306.654/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº090/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº037/2026, Ata de Registro de Preços nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXX nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ARP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total do contrato é de R\$ (.....) conforme tabela abaixo, e ainda mantendo os descontos ofertados em cada item.



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL ESTIMADO

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Para repactuação dos preços será considerado o art. 92 da lei 14133/21

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Efetuar a solicitação de fornecimento dos itens registrados na Ata, conforme necessidade, mediante emissão de requisição formal;

8.3. Receber os bens adquiridos no prazo, local e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos da Ata de Registro de Preços;

8.4. Designar servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução da Ata, registrando ocorrências e promovendo o cumprimento das disposições contratuais;

8.5. Efetuar o pagamento dos itens fornecidos nas condições e prazos pactuados, após o recebimento definitivo e regular do objeto;

8.6. Notificar formalmente a empresa registrada acerca de irregularidades, falhas ou desconformidades nos itens entregues, exigindo as devidas correções ou substituições;

8.7. Prestar os esclarecimentos necessários e fornecer informações à empresa registrada, quando solicitado, visando à boa execução da contratação;

8.8. Rejeitar, total ou parcialmente, os bens entregues em desacordo com as exigências do edital, do Termo de Referência ou da proposta aceita;

8.9. Solicitar, quando cabível, a substituição ou o ressarcimento dos itens que não atenderem às especificações técnicas ou apresentarem vícios de qualidade;

8.10. Registrar todas as ocorrências relevantes relacionadas ao descumprimento da Ata de Registro de Preços, para fins de sanções administrativas e responsabilização.

8.11. Demais informações contidas no Termo de referência e edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Fornecer os bens registrados com observância irrestrita das especificações técnicas, prazos, condições de entrega e locais definidos pela Administração, acompanhados das respectivas notas fiscais contendo marca, modelo, procedência e prazo de garantia;



9.2. Garantir que todos os itens fornecidos sejam novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e com garantia mínima legal e contratual, conforme cada tipo de equipamento;

9.3. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.4. Atender às requisições da Administração Pública prontamente, comunicando com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas qualquer impedimento ao fornecimento, devidamente justificado;

9.5. Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fretes, seguros, deslocamentos e quaisquer outras necessárias ao fornecimento dos bens, inclusive instalação, quando aplicável;

9.6. Assumir total responsabilidade por eventuais danos causados a bens públicos, instalações ou a terceiros, decorrentes de ações, omissões ou falhas durante a entrega e instalação dos itens;

9.7. Manter canais de comunicação atualizados (telefone, e-mail, WhatsApp corporativo, entre outros) para atendimento e recebimento de solicitações de entrega;

9.8. Prestar esclarecimentos e orientações técnicas, sempre que solicitado pela Administração ou pelos fiscais designados;

9.9. Zelar pela qualidade dos bens fornecidos, responsabilizando-se por eventuais defeitos, vícios ocultos ou desconformidades detectadas, promovendo as correções ou substituições devidas, sem ônus para a Administração;

9.10. Não subcontratar, terceirizar ou repassar a responsabilidade pelo fornecimento a terceiros, salvo mediante autorização expressa e formal da Administração;

9.11. Cumprir rigorosamente os prazos e as condições definidos nas Especificações Técnicas, além de seguir as orientações complementares do setor requisitante;

9.12. Cumprir com a assistência técnica e garantias dos produtos fornecidos, conforme previsão legal e prazos estabelecidos em edital ou proposta comercial, devendo:

a) Garantir a substituição dos itens com defeito durante o prazo de garantia;

b) Atender a chamados técnicos no prazo estipulado;

c) Manter estoque ou capacidade de reposição mínima, quando aplicável.

9.13. Demais informações contidas no Termo de referência e edital

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES (art. 92, XIV)

10.1. Conforme item 12 do edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

11.11. O contratante poderá ainda:



11.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

13.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

UNIDADE	CLASSIFICAÇÃO/DOTAÇÃO	FICHA
020301	04.122.0004.2010-339030	102
020301	04.122.0004.2010-449052	109
020301	04.122.0004.2017-339030	121
020301	04.122.0004.2017-449052	126
020301	04.122.0004.2020-339030	133
020301	04.122.0004.2020-449052	139
020401	10.301.0005.2024-339030	143
020501	10.301.0005.2024-339030	161/ 162/ 163
020501	10.301.0005.2024-449052	180



020501	10.302.0005.2028-339030	191
020501	10.302.0005.2028-449052	177
020501	10.303.0005.2033-339030	220/ 221/ 222
020501	10.303.0005.2033-449052	230/ 231
020601	12.122.0008.2046-339030	281
020601	12.122.0008.2046-449052	289
020602	12.361.0008.2051-339030	307/ 308 /309
020602	12.361.0008.2051-449052	316
020602	12.365.0008.2058-339030	346/ 347
020602	12.365.0008.2058-4.4.90.52	353
020602	12.365.0008.2058-4.4.90.52	354/ 355
020602	12.365.0008.2061-3.3.90.30	373/ 374/ 375
020602	12.365.0008.2061-4.4.90.52	380/ 381
020605	13.392.0009.2071-3.3.90.30	424
020605	13.392.0009.2071-4.4.90.52	429
020605	13.392.0009.2073-3.3.90.30	433
020605	13.392.0009.2073-4.4.90.52	437
020606	13.391.0009.2074-3.3.90.30	439
020606	13.391.0009.2074-4.4.90.52	444
020607	27.812.0011.2078-339030	457
020607	27.812.0011.2078-449052	461
020701	08.122.0007.2086-339030	495
020701	08.122.0007.2086-449052	500
020901	04.122.0012.2105-339030	577
020901	04.122.0012.2105-449052	585
020903	04.122.0012.2106-339030	595/ 596
020903	04.122.0012.2106-449052	600/ 601
021002	04.129.0004.2018-339030	749
021002	04.129.0004.2018-449052	756
021003	04.123.0004.2022-339030	762
021003	04.123.0004.2022-449052	767
021101	04.122.0004.2021-339030	771
021101	04.122.0004.2021-449052	775
021101	20.605.0017.2140-3.3.90.30	781
021101	20.605.0017.2140-4.4.90.52	784
020501	10.301.0005.2024-3.3.90.30	857

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comarca de Lagoa da Prata/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Procurador Jurídico

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº090/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº037/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº025/2026

A Prefeitura Municipal de Japaraíba, com sede na Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 029, centro, na cidade de Japaraíba/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.306.654/0001-03 neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº037/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 090/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição destes materiais e equipamentos de informática, para atender as demandas de todas as Secretarias Municipal de Japaraíba, por um período de 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O desconto registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL ESTIMADO

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.



4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, **na totalidade**, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do envio/recebimento da ordem de compra em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços enviados junto a ordem de serviços, dentro do Município de Japaraíba/MG.



5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do sub item acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7.1 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.11, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



8. CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.3.1. Por razão de interesse público;

8.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. A Contratada ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades, nos casos de inexecução total ou parcial da Ata, execução imperfeita, mora, inadimplemento contratual ou prestação de informações falsas, observados o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência, por escrito, nos casos de pequenas irregularidades que não justifiquem penalidade mais grave;

II – Multas, a serem aplicadas nos seguintes termos:

a) 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor do item não entregue, limitada a 10% do valor total da requisição;

b) 2% (dois por cento) sobre o valor total da nota fiscal, por descumprimento de qualquer cláusula contratual, aplicada em dobro em caso de reincidência;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do fornecimento, em caso de recusa injustificada em substituir item rejeitado ou por descumprimento reiterado das condições de entrega;



III – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Japaraíba por até 2 (dois) anos, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da penalidade ou até reabilitação perante a própria autoridade sancionadora.

9.2. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV do item anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II, conforme a gravidade da infração.

9.3. As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão, sob pena de cobrança judicial ou compensação com valores devidos à contratada.

9.4. O valor da multa será atualizado monetariamente, conforme índice legalmente admitido, caso não seja quitado no prazo estabelecido.

9.5. O inadimplemento das obrigações contratuais, após esgotadas as medidas administrativas e os prazos concedidos, poderá impedir a contratada de participar de novas licitações no âmbito do Município até a reparação integral do dano ou o cumprimento da obrigação assumida.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Procurador Jurídico

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL ESTIMADO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR TOTAL ESTIMADO

ANEXO IV - DECLARAÇÃO**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026****REGISTRO DE PREÇO Nº025/2026**

Objeto: Aquisição destes materiais e equipamentos de informática, para atender as demandas de todas as Secretarias Municipal de Japaraíba, por um período de 12 (doze) meses.

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021;
2. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021;
6. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. Declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas
8. Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

(assinatura e carimbo)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.





MUNICÍPIO DE JAPARAIBA

RUA NOSSA SENHORA DO ROSARIO, Nº 29 - CENTRO - CNPJ: 45.142.353/0001-64

JAPARAIBA/MG - CEP 35.580-000

FONE: (37) 3354-1112 / (37) 3354-1144



CÓDIGO DE ACESSO

BDE75AC11DDC418EA06E3833A9FA1109

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://japaraiba2-flow.sigmix.net/public/assinaturas/BDE75AC11DDC418EA06E3833A9FA1109>